



Biblioteca Breve

SÉRIE PENSAMENTO E CIÊNCIA

AS NAVEGAÇÕES ATLÂNTICAS
NO SÉCULO XV

COMISSÃO CONSULTIVA

JACINTO DO PRADO COELHO
Prof. da Universidade de Lisboa

JOÃO DE FREITAS BRANCO
Historiador e crítico musical

JOSÉ-AUGUSTO FRANÇA
Prof. da Universidade Nova de Lisboa

JOSÉ BLANC DE PORTUGAL
Escritor e Cientista

DIRECTOR DA PUBLICAÇÃO
ÁLVARO SALEMA

MANUEL FERNANDES COSTA

As navegações atlânticas
no século XV



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Título

As Navegações Atlânticas no Século XV

Biblioteca Breve / Volume 30

Instituto de Cultura Portuguesa
Secretaria de Estado da Cultura
Presidência do Conselho de Ministros

© *Instituto de Cultura Portuguesa*

Direitos de tradução, reprodução e adaptação,
reservados para todos os países

1.^a edição — 1979

Composto e impresso

nas Oficinas Gráficas da Livraria Bertrand
Venda Nova — Amadora — Portugal

Janeiro de 1979

ÍNDICE

	Pág.
A POLÍTICA PENINSULAR NO SÉCULO XV	
1. Preparativos da Expansão.....	7
2. O plano português de conquistas em Marrocos: Ceuta.....	9
3. Acção diplomática após a conquista de Ceuta	10
4. Prelúdio da conquista de Tânger.....	12
5. A regência de D. Leonor e a política luso-castelhana....	13
6. Acção diplomática de D. Afonso V.....	13
7. O reinado de Henrique IV de Castela	14
8. O conflito luso-castelhana	17
9. Os pretendentes Fernando de Aragão e Isabel de Castela.....	18
10. A intensa actividade dos embaixadores de Portugal e de Castela	19
11. A luta em terra e no mar	21
12. Negociações de paz.....	26
13. A Paz das Alcáçovas	34
CONDIÇÕES E MEIOS DE NAVEGAÇÃO NO ATLÂNTICO	
1. Os processos da navegação no início dos Descobrimientos	39
2. Cartas de marear e roteiros	43
3. A política de sigilo no século XV	46
4. As condições de navegação no Atlântico.....	48
5. Os principais monumentos cartográficos do século XV	53
6. Os navios dos Descobrimientos	60

AS PRIMEIRAS VIAGENS LUSO-CASTELHANAS
NO SÉCULO XV

1. As primeiras viagens no século XV para as Canárias	63
2. O problema da posse das Canárias	66
3. O descobrimento dos arquipélagos dos Açores e da Madeira	69
4. O descobrimento do arquipélago de Cabo Verde	75
5. Navegações atlânticas	77
6. Reconhecimentos no Atlântico Ocidental	83
7. A viagem do Infante D. Pedro pela Europa	84
8. A prioridade do descobrimento da América	87
9. As doações de D. Afonso V	92
10. Conclusões	94
NOTAS	97
BIBLIOGRAFIA	110

I / A POLÍTICA PENINSULAR NO SÉCULO XV

1. *Preparativos da Expansão*

Quatro Estados cristãos — Portugal, Castela, Aragão e Navarra — e um muçulmano — Granada — ocupavam a península ibérica no início do século XV. Cada um deles prosseguia interesses políticos próprios e estabelecera a sua ordem socioeconómica e cultural. Convirá analisar sucintamente o papel que desempenharam na Europa e como decorreram as mútuas relações.

Em 1400, Portugal e Castela assentaram tréguas em Segóvia, por três anos, tréguas que foram renovadas, em 6 de Outubro de 1403, por mais dez anos.

Desde o tempo de D. Fernando I que se vinha acentuando entre os Portugueses a convicção de que era necessário, para a segurança do Estado, libertar as rotas marítimas ameaçadas pelas frotas castelhanas e pelos corsários norte-africanos, pois, por terra, Castela cortava-nos as vias terrestres de acesso ao coração da Europa.

O tratado castelhano-aragonês de Monteagudo partilhara o norte de África, pelo rio Muluia, entre os dois países e reservara para Castela a conquista do reino granadino ¹. Para contrariar as tendências hegemónicas

castelhanas e aragonesas, contara-se com a interferência da autoridade soberana de Roma. Conseguira a diplomacia de D. João I de Portugal que, pela bula de 1411, «Eximie deuocionis»² fosse permitido às ordens militares portuguesas colaborar na guerra justa contra os cristãos, muçulmanos e outros inimigos. Quase ao mesmo tempo celebrara-se a paz com Castela³, nas seguintes bases:

1.^a — Paz perpétua entre as duas nações, compreendendo, por banda de Castela, a França, sua aliada, e Aragão, de quem viria a ser soberano o infante D. Fernando.

2.^a — Renúncia castelhana a reparações por danos sofridos na guerra com Portugal, à excepção dos ocasionados durante o período de tréguas.

Estabeleciam-se, finalmente, as condições de ratificação do tratado e as de restituição aos portugueses dos bens que tinham em Castela, à excepção dos mosteiros, igrejas e ordens de Portugal, tomados por força do Cisma⁴.

Este importante documento foi ratificado em Ávila, em 30 de Abril de 1423, depois de negociações que se arrastaram durante quatro anos⁵.

Alcançou-se da Santa Sé a nomeação, para o bispado de Marrocos, do ex-confessor de D. Filipa de Lancastre, o franciscano Fr. Aimaro de Aureliaco⁶ e estreitaram-se as relações com Aragão, talvez com vista a uma expansão comercial mediterrânica. Sabe-se que, sob o pretexto de pedir a mão da ex-rainha D. Branca, da Sicília, para o infante D. Pedro, para ali partiu, em 1412, uma embaixada constituída pelo Prior do Hospital e pelo

capitão Afonso Furtado. Essa expedição, tal como outros indícios apontados, demonstra-nos que se pensava já na expansão comercial e na dilatação da fé e reconquista cristã de Marrocos, pois a embaixada passou por Ceuta onde colheu informações sobre as defesas da cidade ⁷.

2. *O plano português de conquistas em Marrocos: Ceuta*

O plano português de expansão inquietou Castela, em 1411, pois o pedido de intervenção na luta contra Granada, enviando-se-lhe 10 ou 12 galés, não passava de um pretexto dissuasor das pretensões joaninas sobre as terras norte-africanas ⁸. E a hipótese não é audaciosa porque na altura decorriam, de forma amigável, as relações castelhano-granadinas.

Segundo o testemunho do *Leal Conselheiro*, datam de 1413 os preparativos para a conquista de Ceuta. É de 1414 a reunião de Torres Novas que decide, na presença dos Mestres das Ordens Militares, os objectivos anteriormente visados. Aproveitava-se um período de confusão do reino merínida de Fez para lhe arrebatam um importante porto comercial, no estreito de Gibraltar ⁹. Tornava-se a cidade um centro de apoio às actividades piscatórias dos Portugueses nas águas marroquinas do Atlântico.

Na *Crónica da Guiné*, nas referências a Ceuta, enumeram-se os produtos ali negociados provenientes de Alexandria, da Etiópia, da Turquia, da Síria e de outras regiões do Oriente, além do Eufrates e das Índias, e pelas cartas de então tem-se demonstrado que se reconheceu a

possibilidade de se circum-navegar a África e atingir o reino de Prestes João ¹⁰.

Tanto Valentim Fernandes como Duarte Pacheco Pereira apontam o valor estratégico e comercial de Ceuta. Sobre a penetração comercial genovesa naquela cidade, Vitorino Magalhães Godinho deixa transparecer, nas suas «notas» respeitantes à conquista de Ceuta, que a acção portuguesa em Marrocos deverá ter sido estimulada pela República de Génova ¹¹.

Na falta de provas de que tivéssemos actuado por influência genovesa, e havendo, pelo contrário, elementos que se podem considerar contrários, será preferível considerar a acção portuguesa concorrente à de Génova.

Interessa referir que o tráfego comercial com Marrocos não só se foi mantendo mas também foi estimulado pela bula de Eugénio IV, de 25 de Maio de 1437 ¹², desde que se não procedesse à venda de ferro, madeiras, cordas, navios ou artigos de armamento.

3. *Acção diplomática após a conquista de Ceuta*

Os embaixadores portugueses, após a conquista de Ceuta, propuseram uma aliança a Aragão e Castela, com vista à libertação da península, o que colidia com os interesses daqueles países — como se sabia em Portugal —, mas os obrigaria a não elevarem demasiado o seu protesto após a conquista de Ceuta.

No Concílio de Constança, que pretendia pôr termo ao Cisma do Ocidente, tentou-se de novo a aliança dos Estados cristãos peninsulares para a conquista de Granada, e, em 1416, na segunda reunião conciliar,

insistiu-se de novo. Mas deparou-se a Portugal a recusa firme de Castela e de Aragão, cujos interesses se começavam a confundir. Ao Concílio assistiram dois frades da Ordem de S. Antão da Etiópia, Pedro e Bartolomeu, e decerto os contactos estabelecidos interessaram os Portugueses que, no regresso, teriam relatado aos infantes as notícias da África Oriental que puderam colher. Animados ao prosseguimento da empresa, alcançaram de D. João I que solicitasse às Cortes, reunidas em Santarém, os meios financeiros para um novo empreendimento: a conquista de Tânger. Entretanto os embaixadores de Portugal conseguiam que fosse erecta a diocese de Ceuta e a concessão de outra bula: «Decens esse videtur»¹³ que dava aos cristãos que desejassem participar na defesa de Ceuta contra os mouros a possibilidade de comprar armas nas partes da Cristandade e levá-las livremente por terra e por mar, o que representava um incitamento aos fiéis de todo o mundo para prosseguirem na reconquista.

Outra bula, «In apostolice dignitatis specula»¹⁴, investiu o infante D. Henrique no cargo de Administrador-Geral da Ordem da Milícia de Nosso Senhor Jesus Cristo. Competia-lhe prover às despesas com a guarda e defesa de Ceuta e aplicar os rendimentos em benefício da expansão da Fé.

Pensara-se, dando cunho religioso à conquista de Ceuta e atribuindo as responsabilidades da sua administração a uma Ordem Militar, reduzir as preocupações dos Castelhanos, se não anular a sua oposição, atendendo aos direitos a que se arrogara o rei de Castela sobre o reino de Fez, como sucessor do império visigótico.

Na ratificação, de 30 de Abril de 1423, do tratado de paz luso-castelhano, em que se prolongavam as tréguas por 29 anos, nova vitória alcançava Portugal, pois conseguia-se que João II de Castela declarasse abrangida na sua ratificação a cidade de Ceuta, e autorizasse a travessia dos portugueses, pelo seu reino, para aquela cidade ¹⁵. Era o reconhecimento da soberania portuguesa sobre Ceuta.

4. *Prelúdio da conquista de Tânger*

Em 1428 celebrou-se o contrato de casamento de D. Duarte com a infanta aragonesa D. Leonor, autêntico tratado entre os dois países, visando os seus inimigos externos. O rei de Aragão, por essa altura, recebeu na sua Corte uma embaixada etíope, e resolveu mandar àquele país Pedro de Bónia, a propor o casamento do infante D. Pedro com uma princesa etíope, devendo D. Joana casar com o imperador e celebrando-se uma aliança entre a Etiópia e Aragão, contra os Turcos.

Por essa época se consorciou o nosso infante D. Pedro, que andava viajando pela Europa, com uma filha do conde de Urgel e serviram de intermediários os embaixadores de Portugal, nas tréguas castelhano-aragonesas, de 1430.

Discutia-se a conquista de Tânger, dividindo-se os pareceres. Nem o infante D. Pedro nem o conde de Barcelos desejavam a aventura, mas o infante D. Henrique, animador principal, contava com a rainha para vencer as hesitações de D. Duarte. A bula de Eugénio IV, «Rex regum», de 1436 ¹⁶, mandara prégar a favor da expedição e considerara sujeitas ao rei as terras

conquistadas aos infiéis. A «Preclaris tua»¹⁷ do ano seguinte, autorizara o rei e os seus vassallos a comerciar com os mouros.

5. *A regência de D. Leonor e a política luso-castelhana*

Reinou pouco tempo D. Duarte. Em 1438, D. Leonor assumiu a regência do reino, na menoridade do futuro D. Afonso V, por força do testamento do infeliz rei. Em breve começou a luta entre os partidários de D. Leonor e os do infante D. Pedro.

A rainha viúva representava um grupo social e um partido opostos a D. Pedro, aliado de Álvaro de Luna, e àqueles que encaravam com simpatia a centralização do poder real. Ao lado de D. Leonor alinhavam os nobres de tendências feudais.

Esta penosa luta interna não afectaria a expansão marítima porque ambos os grupos, embora com tendências dissemelhantes, concordavam em prosseguir as navegações.

6. *Acção diplomática de D. Afonso V*

Com D. Afonso V, e ainda em vida do infante D. Henrique, tomou novo aspecto a actuação diplomática em Roma e a empresa das navegações oceânicas.

Nicolau V, em 8 de Janeiro de 1454, expediu a bula «Romanus Pontifex», de apoio à política portuguesa de vedar o comércio e a pesca em seus mares sem licença ou pagamento de tributos.

Logo que foi eleito o Papa Calisto III, sucessor de Nicolau V, pela bula de 13 de Março de 1455, «Inter coetera quae nobis», outorgou-se e concedeu-a à Ordem de Cristo o espiritual de todas as ilhas, desde os Cabos do Bojador e Não por toda a Guiné até à Índia, tanto do adquirido como do que viesse a adquirir; e determinou-se que o seu descobrimento só podia ser feito pelos reis de Portugal. Confirmavam-se assim as bulas de Martinho V e Nicolau V.

A queda de Constantinopla e o rápido avanço Turco na Europa inquietaram o papa Calisto III, que mandou prégar a Cruzada.

D. Afonso V preparou forças de auxílio. Como a Cruzada não chegasse a realizar-se as forças portuguesas foram dirigidas para o norte de África. Sucessivamente caíram em poder dos portugueses Alcácer-Ceguer, Tânger e Arzila.

Pela leitura dos cronistas — Zurara e João de Barros — depreende-se que estes planos de conquista também tomavam em conta aspectos políticos e económicos.

7. O reinado de Henrique IV de Castela

Com a morte de D. João II de Castela subira ao trono o débil Henrique IV, que reinaria até 1474. O seu casamento, em 1455, com D. Leonor, filha de D. Duarte, fora estéril durante sete anos. Murmurava-se sobre a impotência do monarca castelhano e, assim, ao anúncio da gravidez da rainha os inimigos dos soberanos falaram de adultério, com o favorito real D. Beltran de la Cueva. D. Joana viria a nascer em 1462. Era turbadíssima a vida castelhana. Henrique IV foi um monarca caluniado

pelos adversários que propagaram a notícia da sua incapacidade ¹⁸.

João de Navarra, que pela morte de Afonso V de Aragão subiu ao trono, fomentou a liga de Tudela contra Henrique IV. Dela faziam parte o arcebispo de Toledo, o marquês de Santillana, os condes de Alba e de Parede e o Mestre de Calatrava. De Henrique IV era aliado o Príncipe de Viana, a quem o rei prometera a mão da irmã D. Isabel. Quando morreu o príncipe de Viana o próprio Henrique IV foi reconhecido por herdeiro de Navarra, mas por sentença lavrada na entrevista de Bidassoa, de Luís XI com Henrique IV, ao rei castelhano apenas foi reconhecida a posse do território de Estela. Na mesma época, D. Pedro, neto do conde de Urgel, é convidado a tomar os títulos de conde de Barcelona e de rei de Aragão e da Sicília e a pôr-se à frente dos rebelados contra João II de Aragão. Mas morreu, diz-se que envenenado, depois de ter reinado apenas três anos.

A bondade e volubilidade de Henrique IV facilitaram a desobediência dos nobres castelhanos, que haviam conseguido chamar a si o príncipe D. Afonso, herdeiro do trono. A sua morte arrastou para a primeira linha das ambições políticas, como instrumento dos nobres, duas mulheres:

D. Joana, a chamada Beltraneja ¹⁹, e D. Isabel, filha de João II e de Isabel de Portugal.

As princesas eram de sangue português e, em breve, ambas seriam joguete, não somente da política castelhana, mas também da que se desenhava na Europa. Efectivamente, a França, pela voz de Luís XI, não obstante tradicionalmente ligada a Castela, interessava-se pela Itália e pela Catalunha, e a Aragão eram necessários aliados contra os Franceses. Naturalmente pensava-se

consegui-los na Inglaterra e na Borgonha. A Castela importava-lhe sobremaneira, atendendo a que era a grande fornecedora de cereais e lã de que os seus previstos aliados necessitavam para fazer face à sua vida económica. Ao rei aragonês interessava o casamento do infante Fernando com Isabel, de Castela.

Para tal, era necessário, em primeiro lugar, contar com o apaziguamento das rivalidades internas castelhanas, papel atribuído ao condestável de Navarra, com o apoio papal. Em Guisando, o bispo de Leão, legado *a latere* de Pio XII, actuou decisivamente. Henrique IV reconheceu Isabel como legítima sucessora, segundo comunicou ao reino, em 24 de Setembro de 1468. O soberano de Castela prometia o casamento da irmã segundo o conselho de D. João Pacheco, D. Afonso da Fonseca e D. Álvaro de Stúñiga.

A Henrique IV interessava também a aliança dos portugueses ²⁰ para que o ajudassem a fazer face aos inimigos do trono.

Na entrevista de Gibraltar ofereceu-se ao soberano português a mão de D. Isabel. D. João Pacheco, ligado por laços de sangue a Portugal, via com bons olhos este matrimónio, mas desejava também que se executasse o pactuado em Villarejo sobre os casamentos de D. Joana com o infante D. João.

D. Isabel, porém, compreendeu que a política de D. João Pacheco lhe era adversa. Restava-lhe o apoio aragonês.

8. *O conflito luso-castelhano*

Sabe-se, pelo cronista Palencia, que uma embaixada dirigida pelo bispo de Lisboa, D. Jorge da Costa, chegou em 1468 a Ocaña a solicitar a mão de D. Isabel para D. Afonso V e também da sua enérgica recusa ²¹. Henrique IV chegou a solicitar do papa dispensa papal para este casamento consanguíneo, concedida em 23 de Junho de 1469, e decerto o casamento ter-se-ia realizado, não obstante a recusa da princesa, se fosse efectivamente esse o firme desejo português. Entretanto, outros problemas se levantavam na Corte portuguesa ²², que não se mostrava muito entusiasmada em entrar no jogo político de Aragão e Castela.

Da parte de Luís XI, a aliança de Aragão, Borgonha e Inglaterra levou-o a procurar a ajuda dos castelhanos, propondo o casamento de Isabel com o seu irmão Carlos, duque de Guéna. Henrique IV, porque já notara o desinteresse português, favorecia este enlace matrimonial, que tinha o inconveniente de o incompatibilizar com Aragão.

Há que notar que o papa Paulo II também se mostrou desfavorável ao casamento de Fernando com Isabel, chegando a negar a dispensa de parentesco ²³.

Mesmo assim, em 1469, celebrou-se, secretamente, o casamento de Fernando com Isabel, em Valhadolid, o que levou Henrique IV a reconhecer Joana como sua herdeira ²⁴. O desherdamento de Isabel teve lugar em 26 de Outubro de 1470 com motivo no «pouco acatamento e menos obediência que mostrou em casar-se por sua própria autoridade sem o seu acordo e licença» ²⁵, quebrando o pactuado em Guisando. Ao

mesmo tempo, com a rainha, jurou que Joana era filha legítima e natural e, portanto, sua herdeira.

9. *Os pretendentes Fernando de Aragão e Isabel de Castela*

O ano de 1470 é desfavorável às pretensões dos futuros Reis Católicos. Perderam Valhadolid, viram sequestradas as rendas de Medina del Campo, Portugal hostilizava-os, restaurava-se em Inglaterra a Rosa Branca ²⁶ e Paulo II dispensava os nobres do juramento de obediência que haviam prestado a Isabel como herdeira de Castela.

Roma tinha novo papa desde 1471, Sisto IV, de origem genovesa, que era mais favorável a Aragão do que à França. Na Corte pontifícia era o aragonês Rodrigo Borja, arcebispo de Valência, a personagem mais influente. Ao vir à Península, Rodrigo Borja, celebrou conversações com Carrillo e o almirante Henriquez, representantes de Fernando e Isabel, e Pacheco e o futuro cardeal Mendoza, em nome de Henrique IV. As negociações do ano de 1473 funcionavam de forma favorável aos Aragoneses, como se deduz do Breve, de 19 de Julho de 1474 ²⁷, em que Sisto IV prometeu a Isabel que nenhuma decisão seria adoptada em Roma que prejudicasse as suas aspirações.

10. *A intensa actividade dos embaixadores de Portugal e de Castela*

Em 1474, aos defensores dos direitos de D. Joana, só se lhes ofereciam duas alianças possíveis: Portugal e França. No verão desse ano, o Mestre de Santiago entabulou negociações com D. Afonso V. Com a França, o embaixador de D. Isabel, Juan Ramirez de Lucena conseguiu ir ganhando tempo, para evitar o rompimento das hostilidades entre os dois países. No fim do ano — 11 de Dezembro — morreu em Madrid Henrique IV. Dois dias depois Isabel proclamou-se rainha, reconhecida pela maioria das cidades castelhanas e dos bispos das dioceses. Faziam excepção, principalmente, os Pachecos e os Stúñiga. O marquês de Cadiz preferiu guardar prudente neutralidade. Assim, Fernando e Isabel contam com a maioria do reino, podendo, portanto, facilmente desfazer quaisquer tentativas de revolta que se manifestassem e sentir-se em situação de contrariar a invasão do seu território por tropas portuguesas ou francesas.

D. Joana só seria proclamada rainha, pelos seus partidários, em Placência, em 25 de Maio de 1475, sob a protecção do exército português²⁸.

Contribuiu para o sucesso isabelino o apoio das casas mais poderosas de Castela, partidárias da oligarquia. Não podemos esquecer que em Portugal, nas mesmas fileiras, militavam os nobres mais poderosos, o que explica a atitude de D. João II. Parte do clero castelhano concordou em apoiar D. Isabel. Este arranjo entre D. Isabel, o clero e os nobres viria a ser reconhecido pela concórdia de Segóvia, seguida da reunião de um

Conselho para debater os casos de política externa mais importantes: português, francês e navarro.

D. Isabel, filha de mãe portuguesa e neta de um irmão do duque de Bragança, desejava a paz e contava com os adversários tradicionais do regente D. Pedro e do príncipe D. João, futuro rei de Portugal. Negociou com D. Afonso V, mas no Conselho celebrado em Estremoz, para se decidir da atitude a tomar perante a situação em Castela, apenas se manifestaram contra a invasão Rui Gomez de Alvarenga, D. Jorge da Costa, arcebispo de Lisboa, e o duque de Guimarães.

Os embaixadores castelhanos Vasco de Vivero e Andrés de Villalón estiveram num segundo Conselho celebrado em Arronches, mas a guerra já fora decidida com a revolta de Carrillo, que se instalara triunfante em Alcalá de Henares ²⁹. Era o resultado da tarefa incumbida a Lopo de Albuquerque, enviado de D. Afonso V, a aliciar partidários em Castela. Para França mandou D. Afonso V uma embaixada, pedindo o seu reconhecimento como soberano legítimo de Castela. Luís XI enviou a Portugal o embaixador Olivier de Roux, em Abril do mesmo ano, assentando-se no auxílio militar da França a Portugal e a necessidade de se conseguir dispensa papal para o casamento de D. Afonso V com D. Joana ³⁰.

O rei de Portugal despachou para Valhadolid, em Abril, Rui de Sousa, a comunicar a decisão de casar com D. Joana e, em seu nome, reclamar a coroa de Castela. Por seu turno D. Isabel enviou a Portugal Fr. Pedro de Marchena, Fr. Afonso de S. Cipriano e Diego de Garcia de Hinestrosa, com a missão de aliciarem os nobres portugueses hostis à guerra com Castela, e que se serviriam da infanta D. Beatriz, sua tia, como

intermediária ³¹. D. Isabel determinou a proibição de enviar dinheiro e armas a Portugal e decretou a mobilização de cavaleiros, peões e marinheiros, que deviam estar prontos a entrar em acção, em Abril. Conciliando os acontecimentos relatados pelos cronistas portugueses e castelhanos coevos, podemos inferir que D. Afonso V fora movido, finalmente, à acção pela intervenção em Portugal de D. Isabel junto da tia e pelos preparativos de guerra castelhanos.

Há ainda uma tentativa de evitar a guerra, feita em Toro, numa série de negociações iniciadas em 21 de Julho. Mas era tarde.

11. *A luta em terra e no mar*

D. Afonso V mandou convocar os prelados, alcaides e cavaleiros para a guerra e propôs, por intermédio de Álvaro de Ataíde, ao rei de França, a guerra contra o rei de Aragão e o príncipe Fernando. Luís XI preparou a invasão da Biscaia.

O governo de Portugal foi entregue ao príncipe D. João, em 8 de Abril de 1475. D. Afonso V, antes de partir para Castela, deixou ao filho uma declaração segundo a qual todas as doações que fizesse, durante a sua estadia em Castela, desde que ultrapassassem dez mil reais de rendimentos, fossem consideradas sem valor, e como outorgadas sem vontade e constrangimento, desde que não fossem aprovadas pelo príncipe. Na cidade de Placência celebraram-se os esponsais do rei de Portugal com D. Joana, passando desde então D. Afonso V a intitular-se Rei de Castela e de Leão. Para Roma, foi solicitada a dispensa do parentesco. Em nome de D.

Joana foi publicado um manifesto demonstrativo do direito ao trono de Castela e Leão.

Entretanto, o exército português internou-se em Castela e assentou arraiais em Arévalo, antes de entrar em Toro. O cardeal Pedro Mendonza tentou restabelecer a paz, em nome dos Reis Católicos, o que era do agrado dos portugueses, desejosos de voltarem ao seu país ³². Propuseram que fosse reconhecido a D. Joana o senhorio das terras já ocupadas em Castela e Galiza, com o título do reino. D. Afonso V receberia uma indemnização de guerra. Os Reis Católicos concordavam na indemnização mas não na cedência de territórios.

Forças castelhanas invadiram Portugal, sob o comando do duque de Medina Sidónia. Coube ao príncipe D. João a defesa do país. Os castelhanos apoderam-se de Ouguela e do castelo de Noudar. Ouguela é, porém, reconquistada e os castelhanos retiram ³³.

De aí em diante, e reatando a tradição aragonesa de interesse pelos assuntos ultramarinos, verificar-se-á que Castela entra definitivamente em competição com os Portugueses.

Os ataques até então esporádicos realizados contra os navios portugueses na costa da Guiné tomaram novo aspecto quando os soberanos castelhanos passam a apoiar os aventureiros. Em 1475, o almirante Afonso Henriquez recebeu dos reis a mercê de dois terços do quinto das presas, o que determinou um recrudescimento da actividade dos corsários castelhanos e de represálias portuguesas nos portos da costa andaluza.

A guerra no mar começou com um conjunto de ataques e contra-ataques recíprocos, salientando-se a acção de Álvaro Mendes, que interferiu na navegação castelhana que do Mediterrâneo demandava a Flandres.

Não tardou que este aspecto da luta levasse os Reis Católicos a intitular-se também reis de Portugal e a reivindicar, contra as doações papais, direitos de soberania sobre a Guiné e o Atlântico ³⁴.

Em 19 de Agosto de 1475, os soberanos de Castela proibiram a navegação para a Guiné, sem licença, e encarregaram António Rodriguez de Lillo e Gonzalo Coronado de receber o quinto, pertencente à Coroa, de qualquer resgate; em Novembro concediam a Gonzalo Chacón o direito de confiscar as mercadorias que fossem enviadas sem licença para a Guiné e em Dezembro ordenavam o embarque de um escrivão em cada caravela que navegasse para as mesmas paragens ³⁵.

A navegação nas costas da Guiné não era fácil. Exigia o conhecimento do regime de ventos e correntes e a aproximação das ilhas portuguesas dos Açores e da Madeira, na viagem de retorno, contratemos que, em parte, explicam os primeiros insucessos dos Castelhanos.

Em 1475 deixam Palos de Moguer três navios castelhanos, armados pelo alcaide Gonzalo de Stúñiga, que capturaram, para vender em Palos, mais de 100 escravos negros. Tão importante presa animou a novos cometimentos, embora os Reis Católicos a houvessem reprovado. Instigados pelo duque de Medina Sidónia e pelo marquês de Cadiz, os Castelhanos aumentaram o valor do saque, aventurando-se Álvaro da Nova, a atacar, em Faro, Álvaro Mendes e a fazê-lo prometer que se apresentaria, dentro de um mês, às autoridades do seu país.

Conhecida em Sevilha a expedição de vinte navios que Fernão Gomes, em 1476, preparara para comerciar na Guiné, os Reis Católicos aprestaram uma frota de 30 unidades. D. Isabel concedeu licença a António Martin

Neto, em 28 de Março, para se apoderar da ilha de António de Nola ³⁶. Dois meses depois, os portugueses eram proibidos de se abastecer nas Canárias.

Quando se preparava a expedição portuguesa à Guiné, tiveram os Castelhanos a notícia de que carracas genovesas, que seguiam rumo a Portugal, eram esperadas no estreito de Gibraltar pela frota de Álvaro Mendes, que lhes proporcionaria a necessária escolta. Intervieram os navios armados de Sevilha, travando-se uma batalha naval que terminou com grandes perdas para os Portugueses e Castelhanos. Logo que se recompuseram, os navios de Castela saíram para a costa da Guiné, sob o comando de Charles de Valera ³⁷. A expedição durou de Maio de 1476 a Janeiro de 1477. Era composta de gente pouco treinada nas coisas daqueles mares e, segundo se supõe, o duque de Medina Sidónia e o marquês de Cadiz opunham-se-lhe. Este teria mandado aviso da expedição a Fernão Gomes, pois tinha licença portuguesa para navegar na Guiné e temia a influência de Charles de Valera que, no entanto, saqueou a ilha de António de Nola e capturou o donatário. Apoderou-se também de dois navios do marquês de Cadiz, carregados com 500 escravos, mas a expedição terminou em fracasso porque fugiram muitos dos barcos castelhanos, temendo a frota portuguesa. Parece que a responsabilidade do desastre coube a Pedro del Puerto, capitão de uma caravela, pois os Reis Católicos determinaram, em 3 de Março de 1477, a confiscação dos seus bens. O desastre desagradou ao duque de Medina Sidonia e a D. Fernando que irritado com o fracasso e as violências perpetradas determinou a libertação de António de Nola ³⁸.

O desaire contribuiu para desanimar os Castelhanos que chegaram à conclusão de que seria mais vantajoso

negociar com os Portugueses, deixando-lhes a Guiné e reservando para si as Canárias.

Em Portugal, o limitado desejo de reunir na cabeça de D. Afonso V as coroas de Portugal, Castela e Leão ia esmorecendo. A animadora situação no Atlântico radicara a convicção, nos espíritos dos dirigentes, de que mais convinha intensificar a expansão ultramarina, desistindo-se da aventura ibérica. Vai-se, pouco a pouco, definindo a estratégia dos dois países, na qual os Castelhanos, para obterem as desejadas condições de paz, pretendiam ferir Portugal no ponto mais sensível: a rota da Guiné. Aos Portugueses convinha expulsar os Castelhanos dessa rota, desanimá-los, e alcançar total independência de acção.

Os Reis Católicos, a partir das Canárias, viravam-se para a costa fronteira e para Marrocos. Em 1476, D. Fernando projectou uma aliança com o rei Mohamed, de Marrocos, com vista à conquista de Ceuta, o que se não conseguiu. Na costa fronteira às Canárias fundavam os Castelhanos a fortaleza de Santa Cruz de la Mar Pequeña, donde comerciavam com a Mauritânia. Senhores das Canárias menores adquiriam ainda para si o direito de conquista das Canárias maiores: Tenerife, Grã-Canária e Las Palmas. Celebraram também um acordo com o bispo de Rubicão e os capitães João Bermudez e João Rejon tendente à consolidação do domínio castelhano naquele arquipélago ³⁹.

Fernando e Isabel iam concedendo licenças, a andaluzes e a importantes magnates castelhanos, para comerciar na Guiné, mediante reserva para a Coroa do quinto dos resgates efectuados. A falta de cumprimento desta cláusula determinaria a perda das mercadorias. De 1477 em diante, regularmente, os Reis Católicos

preparavam uma frota para enviar à Guiné a efectuar resgates ⁴⁰.

Na que foi preparada nesse ano, coube o comando ao florentino Francisco Bonaguisa e ao barcelonês Berenguer Granel, que, associados aos reis, organizaram uma expedição do comando de Álvaro da Nova ⁴¹. Este ficava proibido de interferir nas ilhas de Cabo Verde. Não há a certeza de que se tenha realizado a expedição, mas, se se realizou, o silêncio dos cronistas castelhanos ocultou o seu fracasso.

Um ano depois, preparou-se uma frota de 35 navios, comandada por João Boscán. Nela navegava Diogo de Torre, alguazil, e Berenguer Granel, contador. Esta frota foi inteiramente capturada, no regresso da Guiné pela frota portuguesa. Os sucessivos fracassos destas expedições obrigaram os Reis Católicos a mudar de tática, favorecendo viagens isoladas e de particulares que se lhes afiguravam mais lucrativas, pois sem encargos delas recebiam o quinto do resgate ⁴².

Perez Embid, se não considera muito rigoroso este relato, sublinha o seu interesse e supõe que estes factos determinaram as expedições então organizadas. A atenção dos Reis Católicos foi despertada e passaram reivindicar «de facto» e, na medida do possível, também «de jure», a «conquista» da Guiné ⁴³.

12. *Negociações de paz*

Desgostoso com o insucesso da intervenção junto de Luís XI, D. Afonso V pensou recolher-se à vida monástica. Expediu, por intermédio de Antão Faria, uma carta para D. João, declarando abdicar. Houve uma

tentativa de Luís XI para aprisionar o rei de Portugal, sob pretexto de ter fugido contra o seu serviço e vontade. A intervenção decidida de alguns fidalgos evitou ao rei esta humilhação. Em fins de Outubro de 1477, desistindo dos seus propósitos, D. Afonso regressou a Portugal e retomou o governo que o filho, com agrado, lhe devolveu. Prosseguia a luta fronteiriça com Castela em que nem os portugueses nem os adversários alcançavam vitórias decisivas. Pensou D. Afonso V casar «pública e perfeitamente» com D. Joana, mas parece que ao propósito de reavivar a luta com Castela, que ia amortecendo, resistiu desta vez, energicamente, o «Príncipe Perfeito». ⁴⁴

O ano de 1479 é o do início das negociações de paz entre os dois países, cansados da guerra e desfalcados economicamente. Nos preliminares intervêm a rainha de Castela e a infanta D. Beatriz, viúva do duque de Viseu, com prazer ⁴⁵ para D. Afonso V e para o Príncipe D. João. Tia e sobrinha avistaram-se em Alcântara e decidiram proceder à troca de embaixadores: Por parte dos castelhanos, o Dr. Rodrigo Maldonado, por parte de Portugal, o barão do Alvito.

Nas negociações de Alcântara apresentaram-se a D. Isabel e a D. Beatriz quatro problemas:

- 1.º — O destino a dar a D. Joana;
- 2.º — As relações futuras de amizade entre os dois países;
- 3.º — O perdão aos Castelhanos que se haviam solidarizado com os Portugueses;
- 4.º — As navegações africanas.

Estes quatro problemas viriam a dar lugar a quatro diferentes tratados.

D. Beatriz apresentou as suas propostas:

- 1.^a — D. Joana contrairia matrimónio com o príncipe herdeiro de Castela;
- 2.^a — Assinar-se-ia uma aliança entre os dois países selada pelo casamento de D. Isabel, filha primogénita dos Reis Católicos, com o filho do «Príncipe Perfeito» e futuro herdeiro da Coroa Portuguesa: D. Afonso;
- 3.^a — Os Reis Católicos dariam a Portugal uma indemnização de guerra;
- 4.^a — Perdoar-se-iam os partidários de D. Afonso V, restituindo-se-lhes os bens.

A aliança implicava a volta ao «statu quo» de 1474, no que respeitava aos assuntos ultramarinos.

Recusadas pelos Reis Católicos as propostas 1.^a e 3.^a, as restantes foram objecto de acordo aceitável para Portugal.

No Arquivo de Simancas ⁴⁶ há um relato da entrevista de D. Isabel com a sua tia, donde se extraiu o resumo que demos acima, e, no seu final, um documento a ele apenso, pelo qual se infere o repúdio da soberana castelhana de todos os compromissos que se pretende arrancar-lhe em benefício de D. Joana. Sabe-se que, terminada a entrevista, D. Beatriz veio dar contas a D. Afonso V do resultado das negociações; e pouco depois seguia a resposta, por intermédio de Rui Gomes, numa carta a D. Isabel. No final de uma das cartas, lê-se:

«Por ende dezirle eys que a mi plaze de sperar su respuesta por... días primeros syguientes, que se

cumpliran a... días de mayo, dentro de los quales ella me enbie respuesta determinada de todo lo platycado, açeptando como esta assentado ou dexandolo del todo; por que, sy en este tienpo non bieno, dende en adelante yo sere libre de todo lo apuntado y platycado en este negoçio, como sy ninguna cosa en ello oviera hablado. Y estos días tomo por prostrero termino, para saber su determynacion y voluntad, sy quiere la paz o la guerra; poniendoles delante las muertes y robos y quemas y males y daños, que de la guerra se syguirian; y, sy fueren mayores que los de fasta aqui, seran a su cargo, pues que por el queda de se fazer la paz.»⁴⁷

Desta conclusão resultou a redacção de um projecto de acordo cujos pontos principais foram:

- 1.º — Os Reis Católicos deixariam de se intitular reis de Portugal e reconheciam sem reservas esse título a D. Afonso V e aos seus sucessores;
- 2.º — D. Afonso V deixaria de se intitular rei de Castela e de Leão. Reconhecer-se-ia o título aos Reis Católicos e aos sucessores;
- 3.º — O príncipe D. João, herdeiro dos Reis Católicos, casaria com D. Joana, sobrinha de D. Afonso V, com «palavras de futuro», dado que D. João, na altura, tinha apenas um ano de idade;
- 4.º — Ficariam em terçaria o príncipe D. João e D. Joana, cabendo a responsabilidade à infanta D. Beatriz. Se D. Joana não viesse a casar com o herdeiro de Castela, professaria, como monja, num mosteiro de Portugal, e ficaria livre D. João para casar com quem quisesse;

- 5.º — D. Joana deixaria de se intitular rainha, infanta ou princesa. Os direitos que havia obtido em Castela passariam para os Reis Católicos;
- 6.º — Realizado, porém, o seu casamento com D. João, passaria D. Joana a intitular-se princesa de Castela;
- 7.º — Se D. João não casasse com D. Joana, esta ficava livre de compromissos e os Reis Católicos devolver-lhe-iam os direitos que recebera;
- 8.º — D. Fernando e D. Isabel perdoariam a D. Beatriz Pacheco, condessa de Medellín, e a D. Afonso de Monroy, e aos seus familiares, os serviços prestados a Portugal, e levantariam o cerco que mantinham à vila de Medellín e fortaleza de Mérida. Perdoariam os reis de Portugal e de Castela aos seus súbditos que tivessem servido a parte contrária;
- 9.º — Portugal devolveria a Castela as cidades, vilas, lugares e fortalezas que tivesse em Castela, e aquele país procederia de igual modo e derrubar-se-iam as fortalezas que, por virtude da guerra, se houvessem erguido nas fronteiras dos dois Estados;
- 10.º — Os Reis Católicos deixariam livremente ao rei e príncipe de Portugal, a seus sucessores e naturais e às outras pessoas que eles quisessem, o trato da Guiné e da Mina de Ouro e da conquista *de todas as outras ilhas, aparecidas e não aparecidas, na Guiné e na Mina de Ouro, excepto, as ilhas de Canária, ganhas e por ganhar, que são e ficam para os ditos reinos de Castela.* Os Reis Católicos não tomariam nem impediriam que o rei e

príncipe de Portugal e os seus sucessores conquistassem o reino de Fez, tal como o haviam feito os antecessores dos Reis Católicos;

- 11.º — Ambas as partes soltariam os prisioneiros de guerra e davam-se especiais garantias a D. Beatriz, responsável pelas terçarias, e a D. Filipa e ao duque de Viseu, que substituiriam, se ela viesse a falecer;
- 12.º — Estabeleciam-se as condições de casamento dos infantes.

Os Reis Católicos responderam à carta de D. Beatriz, de que Rui Gomes fora portador, e seria das conversações de D. Beatriz e destes dois documentos que surgiria o projecto que acima resumimos.

A resposta castelhana continha os seguintes pontos essenciais:

- 1.º — «Quando a lo primero que les hablamos, de la forma quel Ynfante para tomar su voluntad y consentymiento para la conclusion dello, disceron que les paresçio esta forma de negociaçion aver seydo mas para conplir que no para concluyr pues era çierto que, segun las esperanças que su sobrina tenia y la poca gana que tiene la paz, no solamento non consentiria en ello, mas lo contradiria e estorvaria por quantas partes pudiese, pues esta baso su mano, que para cosa de tanto serviçio de Dios y provechosa, escusado era demandar consejo de letrados»;

2.º — «Y en quanto a lo que diximos que luego se asentase la paz con los apuntamientos hablados, e oviese termino de seys meses para que en fin de ellos doña Juana se pusiese en la terçaria, como esba hablado, salvo si se saliese fuera de Portogal, nos respondieron que les pleguiera de luego asentar la paz con los capitulos hablados en Alcantara, dandos e tal seguridad que en fin de los seys meses en tal caso se fiziese la terçaria de la dicha doña Juana, porque por aquella via se quitava toda la materia de discordia entre todos los reynos, e seria la paz perpetua en ellas, que es la causa prinçipal que a sus Altezas ha movido y mueve a la querer; lo qual todo cesa sy a ella queda libertad para yr a otro reyno, por que es çierto que no yra sy non donde promovera guerra para Castella. E asy este assunto, con esta declaçion de término e con esta condiçion, seria mas tregua por seys mese que asyento de paz. Por ende que, pues por esta via no se da la paz, no es cosa justa de se otorgar.»⁴⁸

E prossegue com a justificação da escusa de se dar a D. Joana o título de princesa de qualquer dos reinos, de que eram soberanos os Reis Católicos, e da questão das terçarias. Propõe que se tratem estes problemas em dois capítulos especiais. O primeiro, referente à paz entre os dois reinos e à situação de D. Joana, o segundo, a resolução do litígio sobre a Costa da Mina. «Antes de la guerra estavamos en posesion della e la paz se avia de asentar restituyendo a cada una de las partes lo que teria antes de la guerra. A lo qual por su parte nos fue

respondido que por aquella misma razon se devia de azer asy lo de doña Juana, tornandola a Castilla en poder de aquel que la teria quando por nuestra parte fue tomada, syn titulo alguno; por manera que de la una parte e de la otra se tornasen las cosas en el estado en que estavan antes que la guerra se ronpiese.»⁴⁹

Esta carta dá a medida do estado das negociações em Maio de 1479. Em 2 de Junho, D. Isabel, em seu nome e no de D. Fernando, outorgava poderes e nomeava embaixador o Dr. Rodrigo Maldonado para «reformat as pazes antigas... e jurar de novo pazes perpétuas» com o rei de Portugal, para tratar sobre as «diferenças» com o rei de Portugal, seu filho D. João e D. Joana, e para combinar o casamento da infanta Isabel com D. Afonso. Por Portugal negociava o barão do Alvito⁵⁰.

Entretanto, prosseguia a luta no mar, por vontade de Castela, pois em Julho desse ano concedia-se licença a Afonso de Salvatierra para armar navios contra Portugal⁵¹.

Em Agosto, D. Isabel, pelo seu embaixador em Portugal, recebia resposta à primeira carta que lhe enviara com instruções. Nela se tratava da situação de D. Joana, das terçarias, etc., importando referir que sobre o problema da Guiné nada se diz e apenas se consagra uma linha, nada elucidativa, a Marrocos.

Desse mesmo mês há mais doze documentos, sendo um a respeito da Guiné. Lê-se: «Al rey e a la reyna plazua deixar lo de la Mina del oro y la Guinea y islas de que pertenesce la conquista a Portugal; va de fuera la de Canarya...»

«Al rey e a la reyna plazua lexar lo de la Mina de Oro»⁵².

Pode inferir-se da documentação aludida que enquanto o interesse de Castela se concentra em torno da situação de D. Joana, prontificando-se a ceder alegados direitos em África, com excepção do arquipélago das Canárias, por parte de Portugal as atenções concentram-se na consolidação dos seus direitos em África, sacrificando-se para tanto D. Joana.

13. *A Paz das Alcáçovas*

No mês seguinte, em 4 de Setembro, eram assentadas, em Alcáçovas, pazes perpétuas entre Castela e Portugal, pelos dois embaixadores referidos acima. Nos novos tratados se inseriram as pazes antigas de Almeirim, uma das bases de que se haviam servido os Reis Católicos para se intitularem reis de Portugal e dos Algarves.

No entanto, Portugal prometia respeitar os direitos de Castela nas ilhas Canárias, enumerando-as: Lançarote e Palma, Forteventura, La Gomera, Ferro, Graciosa, a Grã-Canária, Tenerife e todas as outras ilhas de Canária ganhas e por ganhar. Na mesma data assinavam-se: o tratado das terçarias; as capitulações para o casamento da infanta D. Isabel com o infante D. Afonso; as capitulações sobre as «seguranças» a dar para conservar a paz; a capitulação sobre o modo de entrar em terçaria a infanta D. Isabel; as capitulações referentes à condessa de Medellin, a Afonso de Monrroy e a Afonso de Portocarrero, e os capitulações respeitantes à restituição das fortalezas de Azagala, Tuy e Ferrera e o perdão a Antón Núñez, de Ciudad Rodrigo, e João de Porras⁵³.

No que respeita ao Atlântico, o tratado concedia a Portugal a posse e quase posse em que estão todos os

«tratos», terras, «resgates» da Guiné, com os suas minas de ouro e quaisquer outras ilhas, costas, terras, descobertas e por descobrir, achadas e por achar, as ilhas da Madeira, Porto Santo e Deserta, e todas as ilhas dos Açores e as ilhas das Flores e assim as de Cabo Verde, e todas as ilhas que já tínhamos descoberto e quaisquer outras que se achassem e conquistassem das ilhas Canárias para baixo «contra a Guiné».

Castela comprometera-se a proibir que os seus súbditos ou estrangeiros, sob sua licença, fossem às ilhas e terras da Guiné, descobertas e por descobrir, sem licença dos reis de Portugal.

O próprio tratado estabelecia as penas a que se sujeitariam os que não respeitassem o acordado entre os dois reinos.

O pacto foi ratificado, a pedido de D. Afonso V, em 6 de Março de 1480, e submetido imediatamente à sanção de Sisto IV, por vontade do «príncipe perfeito». A bula de 21 de Junho de 1481, «Aeterni regis»⁵⁴ ainda viria a ser conhecida por D. Afonso V, pois faleceu em 28 de Agosto seguinte.

Convém esclarecer a posição do papado relativamente a Portugal e a Castela, por essa época. Henrique IV conseguira obter os favores do papado e de aí que este se mostrasse desfavorável aos Reis Católicos. D. Isabel e D. Fernando, logo que se sentiram seguros no trono, tentaram manter os privilégios de Henrique IV, principalmente no que respeitava à designação dos prelados, pretendendo inclusivamente estendê-los ao Reino de Aragão, pois na execução do plano de centralização de poder político necessitavam de um clero obediente. As relações de Aragão com o papado eram frias, desde o Cisma, apoiado por aquele reino, e pela

posição assumida pelos seus embaixadores, no concílio de Basileia. A política italiana dos Aragoneses também não agradava ao papado.

A guerra da sucessão espanhola, que envolvia a França e a Ibéria, obrigava o Papa Sisto IV a tomar partido por um dos contendores, ainda que, como é evidente, houvesse preferido uma rígida política de neutralidade, que o colocaria no papel principal de árbitro da contenda⁵⁵. A embaixada dos Reis Católicos a Roma, em 1475, chefiada por Luís Desperig, Mestre de Montesa, além das resistências de Luís XI e D. Afonso V, filho obediente da Igreja, encontrou a influência favorável a Portugal do imperador Frederico III, casado com D. Leonor e, portanto, tio de D. Afonso V. Assim, Sisto IV, para poder receber os embaixadores castelhanos, viu-se na necessidade de esclarecer publicamente que pelo facto de o papa dar audiência aos embaixadores de um príncipe não pretendia com isso lesar os legítimos direitos de outro. Esta atitude causou profundo desgosto à rainha D. Isabel. Mas Sisto IV não só veio a receber a embaixada, não obstante os protestos do embaixador português, mas também, no decurso da audiência, citou o título de *Reis de Castela*, referindo-se a D. Isabel e D. Fernando. O embaixador Montesa pediu ao papa que não concedesse a D. Joana dispensa do vínculo de parentesco, para casar com D. Afonso V. O Papa despachou um *legado a latere*, o cônego de Treviso, que influenciaria o ânimo dos Reis Católicos para negociarem a paz com Portugal⁵⁶.

A questão suscitada entre Aragão e a Santa Sé, pela morte do administrador apostólico de Saragoça, esfriou as relações dos Reis Católicos com o Papa, que, em 3 de Fevereiro de 1477, despachou favoravelmente o breve de

dispensa de parentesco solicitado por D. Afonso V e apoiado por Luís XI ⁵⁷.

Assumia o papado uma atitude favorável moralmente aos interesses de Portugal e ao reconhecimento de legitimidade dos direitos de D. Joana. Uma nova embaixada dos Reis Católicos seguiu para Roma, entrando-se de novo no caminho da melhoria das relações com Sisto IV, a partir de 1478. Ao papa agradava a política castelhana de restauração da fé e de reformas monásticas. Nesse mesmo ano, o papa nomeou para mediano do conflito luso-castelhano Afonso de San Cebrian, revogou a bula de dispensa concedida a D. Joana e expediu a bula autorizando o estabelecimento da Inquisição na forma solicitada pelos Reis Católicos.

A oscilação dos favores do papa, que se inclinava ora para um ora para outro dos contendores, não impediu que a Igreja, de uma maneira geral, continuasse a favorecer a política ultramarina portuguesa, mais afoitamente sobretudo após a renúncia dos Reis Católicos à Guiné, renúncia sugerida talvez por Sisto IV, o que se pode concluir pela rapidez com que ratificou o tratado das Alcáçovas.

Deste breve esboço sobre o período crítico que determinou a assinatura dos 7 documentos que constituem o chamado «Tratado das Alcáçovas», é-nos desde já lícito estabelecer:

- a) Que Portugal não pôs forte empenho na união das coroas castelhana e portuguesa;
- b) Que o objectivo principal foi inteiramente alcançado, com a reserva dos direitos à conquista do reino de Fez e à expansão atlântica;

- c) Que ficou, na letra do tratado, bem expressa, a ideia de uma demarcação das esferas de influência luso-castelhanas no Atlântico, por um paralelo que passava pelo cabo Bojador;
- d) Que a guerra no mar assumia muito maior importância para Portugal do que a das fronteiras terrestres, saindo o país vitorioso desta dura contenda naval.

II / CONDIÇÕES E MEIOS DE NAVEGAÇÃO NO ATLÂNTICO

1. *Os processos da navegação no início dos Descobrimentos*

Quando se iniciou a empresa dos Descobrimentos, os processos de navegação empregados no Atlântico eram idênticos àqueles de que se serviam os pilotos do Mediterrâneo — a chamada navegação estimada.

No dizer de João de Barros, os mareantes, quando quiseram começar a engolfar-se «no pego do mar», verificaram as dificuldades que se lhes deparavam quando se serviam de tão rudimentares meios de navegação⁵⁸.

Foi o emprego do cálculo da latitude e o rumo dado pela agulha que permitiram o alargamento dos cometimentos.

Desde meados do século XV que em Portugal se praticava a navegação astronómica, como se depreende da leitura de *As relações do descobrimento da Guiné e das Ilhas dos Açores, Madeira e Cabo Verde*, de Diogo Gomes.

O *Regimento do Astrolábio*, descoberto na biblioteca de Munique, esclareceu o problema da origem e progressos

da ciência náutica portuguesa desde a segunda metade do século XV ⁵⁹.

É certo que o Infante D. Henrique soube rodear-se de mestres estrangeiros que contribuíram para o progresso dos conhecimentos cosmográficos, cartográficas e náuticos, designadamente os judeus, vindos da Catalunha e de Maiorca, de que é expoente máximo Jácome de Maiorca. Mas o facto não desmerece nem diminui a ciência náutica portuguesa na medida em que se tomou então consciência de que as navegações não eram simples aventuras mas empresas com carácter científico.

Os marinheiros utilizavam-se de várias espécies de instrumentos náutico-astronómicos: astrolábios, quadrantes náuticos, balestilhas e tavoletas.

Os astrolábios foram introduzidos na Península pelos árabes, encontrando-se descritos nos *Libros del Saber de Astronomia*, de Afonso X de Castela. Na carta de 1529, de Diogo Ribeiro, existente na Biblioteca Vaticana, está desenhado um astrolábio náutico. Também os *Libros del Saber* registam diversos tipos de quadrantes árabes que, depois de simplificados, originaram o quadrante náutico.

«Deve-se a Pedro Nunes — essa águia dos matemáticos portugueses — a ideia fundamental, genial em teoria, de um processo para a apreciação das mais pequenas divisões de um quadrante, que passando por Clavius e depois por Vernier, originou o actual instrumento auxiliar que nós, com algumas razões, denominamos nónio, e outros vernier» ⁶⁰.

Se a balestilha só parece ter sido empregada pelos pilotos portugueses do século XVI, as tavoletas foram empregadas no século XV.

O comandante Fontoura da Costa concluiu: ⁶¹

- 1.º — Que os pilotos e os marinheiros — e, possivelmente, também o próprio Cristóvão Colombo, em navios portugueses — antes de 1485, observaram a altura do Sol com o quadrante e outros instrumentos (que só poderiam ser astrolábios);
- 2.º — Que Mestre José Vizinho, e outros, desde 1485, determinava latitudes da Guiné por meio da altura do Sol;
- 3.º — Que Bartolomeu Dias empregou o astrolábio na sua viagem ao Cabo da Boa Esperança (1487-88).

Desde o século XV que a constelação da Ursa Menor permitia determinar as horas da noite e a latitude dos observadores no hemisfério norte.

O *Regimento de Munique*, estudado por Joaquim Bensaúde, e o *Livro de Marinharia*, de João de Lisboa, permitem afirmar que qualquer piloto português dispunha de meios técnicos para determinar rigorosamente os lugares visitados ⁶².

«Os livros peninsulares, e até de além Pirinéus, sobre a *Arte de Navegar* e os *Reportórios* dos tempos, de vários autores do século XVI, e mesmo do século XVII, conservam o *Luso Regimento do Norte*, sucessivamente adaptado aos novos conhecimentos astronómicos» ⁶³.

O cálculo da altura do pólo ao meio-dia exigia o conhecimento da declinação do Sol e a elaboração consequente de tábuas de declinação, decerto semelhantes às que se contêm no *Regimento de Munique*.

Um dos mais célebres monumentos astronómicos do século XV, deve-se ao judeu Abraham bar Zacuti, impresso em latim, em Leiria, em 1496. As suas tábuas

astronómicas influíram decisivamente na náutica portuguesa.

Quando passaram o Equador aos navegadores portugueses depararam-se-lhes dificuldades para a avaliação das latitudes, pois faltava-lhes a Estrela Polar para guia. O guia austral que passaram a adoptar foi o Cruzeiro do Sul. Cadamosto registou-o em 1455, quando se encontrava na Guiné, na foz do rio Gâmbia, e carta de Mestre José, escrita de Vera Cruz, a D. Manuel I, em 1 de Maio de 1500, dá-nos um esquema que é o mais antigo conhecido ⁶⁴. Em pouco tempo surgiram os primeiros regimentos da altura do pólo e da hora da noite pelo Cruzeiro do Sul, da autoria de portugueses, além de Regimentos da altura do pólo por outras estrelas, no século XVI.

Data do início do século XVI a avaliação da longitude pela variação da agulha, de que se ocupou, em 1514, João de Lisboa.

«Os marinheiros do século XV, ao começarem os seus descobrimentos, encontraram em uso a bússola, já aperfeiçoada da que parece ter sido modificada por Flávio Gióia, cerca de 1302. Esta modificação consistiu na ligação dos *ferros da agulha* a uma *rosa dos ventos*, de forma que o conjunto, como hoje, ficava isolado dos movimentos do navio.

Esses ferros não eram ímans permanentes, mas *cevad*os, de tempos a tempos, com a respectiva *pedra* que os pilotos sempre possuíam, por isso que a magnetização sendo muito fraca tinha nas longas viagens de reforçar a sua força magnética, tocando-as novamente com a *pedra de cevar*. As *pedras* usadas pelos portugueses eram de secção rectangular e quase todas provenientes de um lugar perto de Alvito» ⁶⁵.

No *Livro de Marinharia*, de João de Lisboa, faz-se a descrição da construção de uma agulha de marear.

Parece poder aceitar-se que a descoberta da variação da agulha não podia deixar de ter sido feita por navegadores portugueses quinhentistas, segundo conclusão de vários especialistas portugueses e estrangeiros, muito embora os espanhóis guardem essa honra para Colombo.

2. *Cartas de marear e roteiros*

Quanto ao uso das cartas de marear, vejamos também o que sobre o assunto nos diz Fontoura da Costa ⁶⁶.

«Os portulanos e os mapa-mundos davam sobretudo indicações de interesse geográfico, que os povos mediterrâneos estenderam, nos primeiros, ao uso marítimo, juntando-lhe as informações sobre distâncias e outras que os interessavam; e rumando-os, segundo os vários ventos, partindo geralmente de um ponto central e de outros regularmente distribuídos sobre todo o portulano. A romagem formava uma verdadeira teia, cujas linhas ainda vemos coloridas em alguns documentos cartográficos.

Os portulanos mediterrânicos-italianos, catalães e maiorquinos — não tinham graduações de latitudes nem de longitudes, vendo-se em quase todos pequenas escalas, possivelmente arbitrárias, divididas em milhas italianas: eles eram, assim, simples Cartas loxodrómicas. Efectivamente, na navegação costeira, e mesmo na de longo curso, com o auxílio da toleta de marteloio, não havia necessidade de cartas graduadas».

Não há dúvida, pelo testemunho de Zurara, que desde as primeiras navegações os pilotos portugueses utilizaram

cartas de marear rectangulares, aventando-se a hipótese de que teria sido Mestre José Vizinho o autor da mudança dessas cartas de marear para quadradas por volta de 1484-85, em que se passou a usar como referência a circunferência equatorial em lugar do meridiano de Lisboa.

Além das cartas de marear usavam-se espéras (esferas) ou pomas.

Acerca dos Roteiros portugueses do século XV, escreveu Fontoura da Costa ⁶⁷.

«A arrojada passagem do Bojador, em 1434, marca o início dos grandes descobrimentos africanos pelas naves henriquinas e, com ele, o dos Roteiros orais portugueses. Ora, porque sempre houve mareantes de fácil retenção mnemónica e visual, que uma longa prática acentua...

É de aceitar que poucos anos depois de 1434, em Lagos, porto de armamento do Infante, começassem o registo de todos os elementos, bem simples, que os mareantes conseguissem obter nas suas perigosas viagens. Assim terão nascido os primeiros esboços do *Livro de Rotear da África*, cujos modestos progressos devem ter principiado, já em Lisboa, mesmo antes da construção do castelo de S. Jorge da Mina, em 1482.

Nos anos seguintes, com as viagens sabidas de Diogo Cão, de João de Aveiro, de Bartolomeu Dias e de João Infante, e muitas outras, pouco conhecidas por mal registadas ou completamente ignoradas, esse Livro deve ter sido bem incrementado.

Deste período dos Roteiros portugueses restam-nos os extractos que o grande impressor, tradutor e autor, Valentim Fernandes, nos conservou no seu Códice, existente em Munique, escrito em Portugal na nossa língua (1506-1508) — menos uma Relação em latim».

Embora haja muitas referências, nos cronistas, às cartas portuguesas do século XV, não se encontraram até hoje senão raros espécimes.

Conhece-se uma carta náutica de 1424, com uma inscrição que Armando Cortesão assim leu:

«Mccccxxiiij adi xxij austo Zuane pizzigano afato questa carta»⁶⁸.

Representa as costas da Europa e da África, até à altura das Canárias, tendo a costa dos Açores desenhadas duas grandes ilhas e duas mais pequenas: Antilia, Satanazes, Saya e Ymana, palavras que são de origem portuguesa à excepção da última.

Uma outra carta — a 6.^a do Atlas de Andrea Bianco —, mereceu a Carlos Malheiro Dias a consideração que segue: «A datar do 3.º decénio do século XV, os portulanos, planisférios e globos inscrevem no Atlântico ocidental, com variantes de latitude e longitude, a ilha Antília, designação que a cartografia portuguesa conservou e universalizou, sobrepondo-se à nomenclatura colombina»⁶⁹.

A carta catalã, presumivelmente executada em Maiorca, em 1439, apresenta os Açores de maneira semelhante à carta de Valseca, feita em Maiorca na mesma data. Nela se observa, a sul das Canárias, uma grande ilha com quatro ilhéus sob o nome ymador⁷⁰.

Na segunda metade do século XV, destacamos o mapa-mundi de Fra Mauro. Tem uma legenda que diz que os navios portugueses atingiram mais de 2000 milhas além do estreito de Gibraltar... «por tal forma que, persistindo em seguir nesse caminho, chegaram a por a proa ao Sul quarta de Sudeste, ultrapassaram o meridiano de Tunis e

alcançaram quase o de Alexandria, encontrando por toda a parte boas praias, com pouco fundo e navegação bastante boa, sempre sem tormenta»⁷¹.

A carta de Gracioso Benincasa, em 1468, as cartas de Soligo, o mapa-mundi de Henrique Martellus, presumivelmente de 1489, apresentam a indicação de que Portugal fornecia elementos cartográficos ao estrangeiro.

Do século XV restam duas cartas portuguesas e o fragmento de uma terceira. Uma é anónima e encontra-se na Biblioteca Estense de Modena. Outra na Torre do Tombo, de autor desconhecido, e a terceira é a de Pedro Reinel, existente no estrangeiro.

3. A política de sigilo no século XV

Um facto que explica que sejam mal conhecidas, nos nossos dias, a empresa dos Descobrimentos e as técnicas que a determinaram é a política do sigilo iniciada em meados do século XV e prolongada até ao século XVI. Compreende-se que portugueses não quisessem divulgar rotas, navios, instrumentos, conhecimentos e técnicas aplicadas, para evitar concorrentes estrangeiros, nomeadamente os castelhanos, os franceses e os ingleses. Castela invocava direitos à Guiné e foi o primeiro Estado a mandar ali «resgatar». Génova e Veneza, comunicando com o Oriente, por vias cada vez mais difíceis, se conhecessem a possibilidade de uma rota marítima pelo Cabo da Boa Esperança não deixariam de a utilizar. Até certa época ainda as crónicas nos dão abundantes notícias dos descobrimentos, mas nota-se que é precisamente a partir de D. João II, quando se deu maior incremento a esta gigantesca empresa, e foram em maior número os

concorrentes interessados nos nossos progressos, que diminui a soma de notícias.

Nas Cortes de 1481, uma das queixas apresentadas pelos procuradores do povo foi «que os estrangeiros em Portugal nunca tinham feito outra coisa além de roubar moedas de ouro e prata e *descobrir os nossos segredos da Mina e Ilhas*»⁷².

Garcia de Rezende dá-nos conta de que tal política não era só relativa aos descobrimentos mas também se procurava ter notícias do que no estrangeiro se sabia ou ia sabendo do mundo inexplorado⁷³: «Nos reinos estrangeiros de Castela, Aragão, França, Roma e muitas outras partes, muitas e grandes pessoas recebiam dele em cada ano muitas e grandes mercês secretamente; dos quais recebia muitos e grandes avisos necessários a seu serviço e Estado». De tudo o que os Reis Católicos tratavam no seu Conselho tinha D. João II relatos e podia actuar antes que fossem postas em prática as suas ordens. A uns, que não eram do seu agrado na Corte espanhola, dava ostensivamente mercês, para que os Reis Católicos desconfiassem deles; aos que o serviam, essas mercês eram dadas no maior segredo.

As melhores obras de ciência náutica, tais como o *Regimento do Astrolábio* e o *Tratado da Esfera*, são ciosamente mantidas em segredo, assim como as técnicas que se iam aperfeiçoando para o cálculo da posição dos navios no Atlântico e as melhorias introduzidas na construção das caravelas, que era absolutamente vedado vender ao estrangeiro.

4. *As condições de navegação no Atlântico*

Ao contemplarmos uma carta que abranja todo o Atlântico, incluindo as costas das Américas, da Europa e da África, notamos que os continentes apresentam várias zonas que facilitam o contacto:

- a) Entre as costas da Noruega e o Lavrador, aproximação facilitada por uma série de arquipélagos intermédios que fornecem os necessários pontos de apoio à navegação;
- b) Entre as costas da França e a América, interpõem-se a Inglaterra e a Irlanda, relativamente próxima da Terra Nova;
- c) As costas galega e portuguesa e atlântica da Andaluzia abrem-se sobre as três Américas, auxiliando ainda a sua aproximação o regime de ventos e correntes marítimas;
- d) A costa do nordeste brasileiro e da Guiné, com Cabo Verde e a ilha de Fernando Noronha, formam um estreito fácil de transpor.

Do paralelo 35° Lat. N. até 60° Lat. N., os ventos dominantes sopram do Sudoeste metade do ano e na outra metade os do Noroeste. Entre 30° e 35° o vento sopra quase igualmente de todas as direcções. De aí até ao Equador dominam os ventos de Leste, e, sobretudo, os do Nordeste até ao Equador, e até 30° abaixo os do Sudoeste. Entre os 30° e os 35° voltam os ventos a soprar de todas as direcções.

Quanto às correntes: a das Canárias divide-se em dois ramos, um que das ilhas de Cabo Verde segue o caminho dos ventos alisados, dirige-se para Sudoeste e depois para

Oeste, sem ultrapassar os 10° de Lat. N., vindo depois a envolver as Antilhas e voltar ao Norte. Passa junto das Bahamas e funde-se com a corrente do Golfo. Segue os ventos dominantes, corre para Leste, dirige-se para os Açores e de aí para a costa portuguesa. Esta corrente envolve uma zona de calmas e chuvas raras, onde abundam os sargaços e por tal denominada Mar dos Sargaços.

Ao Norte, as correntes da Gronelândia e do Lavrador fornecem movimento giratório que facilita a navegação, ainda que menos perfeitamente do que as acima apontadas.

A corrente equatorial do sul, entre 2° Lat. N. e 10° Lat. S., segue de Leste para Oeste até junto à costa brasileira, dividindo-se aí em dois ramos: um, a corrente das Guianas que até à altura da ilha Trindade segue a costa N. brasileira, das Guianas e da Venezuela; o outro, a corrente brasileira que segue até 48° Lat. S., dirigindo-se de aí para Leste a formar a corrente de junção meridional que volta a subir as costas de África com o nome de corrente de Benguela.

Ao longo da costa da Guiné há uma forte corrente Oeste-Leste.

Assim, os navegadores que seguiram a corrente das Canárias e atingiram a região dos alisados do NE e da corrente equatorial do Norte foram impelidos para as Antilhas; os que cortaram a contracorrente da Guiné e atingiram a corrente equatorial do Sul, ou foram arrastados para as costas do Brasil ou seguiram a corrente das Guianas e igualmente foram dar às Antilhas.

É à luz destes dados que se têm de estudar as primeiras navegações para a América. Os navios que pretendiam atingir o Oriente, contornando a África pelo Cabo da Boa

Esperança, em lugar de seguirem ao largo da costa africana, procuravam a do Brasil e cortavam o Equador ou a 28° ou 29° de long. O. no inverno do hemisfério Norte ou a 22° ou 26° de long. O. no verão do hemisfério Norte. Se as caravelas seguissem a corrente equatorial do Sul seriam arrastadas para a costa norte do Brasil e de aí para as Antilhas. As caravelas que seguiram a rota mais prática ladearam a zona dos alíseos do S.E. e ao alcançarem os ventos do Oeste do hemisfério Sul, viravam para Leste.

O conhecimento destas condições da navegação exigiu muitas viagens de estudo, onde se obtiveram dados cartográficos do regime das correntes e dos ventos e dados técnicos correspondentes de arquitectura naval — que permitiram a construção de cascos, mastreação e velames adequados às condições do meio físico — e, finalmente, conhecimentos indispensáveis a uma navegação astronómica segura. Navios adequados, pilotos conhecedores dos ventos e correntes, e das técnicas de navegação ao sul do trópico de Câncer, foram os instrumentos empregados pelos portugueses, desde que D. João II tomou conta da expansão ultramarina. É tempo de se ter em mente que a empresa dos descobrimentos não resultou do espírito aventureiro de uma dúzia de pilotos audazes. Por mais audaciosos que os pilotos fossem, se não tivessem atrás de si técnicos competentes que os instruísem, não teriam conseguido resultados apreciáveis. A História registou apenas os resultados espectaculares, mas não as investigações dos cosmógrafos, astrólogos e pilotos, os cuidados postos na construção dos navios dos descobrimentos, e os fracassos ou esforços inglórios de muitos anónimos, tal como hoje

registra os feitos dos cosmonautas ignorando os meios técnicos que os permitiram.

O «descobrimento» espectacular da América por Cristóvão Colombo é um exemplo desta asserção.

Navegando em navios portugueses, aprendendo com pilotos portugueses as técnicas de navegação, servindo-se dos seus sacrifícios e experiências de anos e anos de pesquisas no mar e do conhecimento de abordagens às ilhas e terras do outro lado do Atlântico, umas acidentais, outras resultantes da investigação metódica das condições da navegação, esse aventureiro genovês, a quem se não nega persistência e audácia, deu a Castela a possibilidade de inaugurar nas Antilhas e na América Central uma política de colonização que, como todas as inovações, enfermou de vícios, mas teve inegáveis efeitos na evolução da Humanidade, tal como a portuguesa.

Poder-se-á pôr a pergunta: É possível documentar o que se afirma?

- a) Ainda em vida do Infante os navios portugueses navegavam para a Guiné e arquipélagos atlânticos e norte da Europa. Contrataram-se especialistas estrangeiros, cartógrafos e pilotos, aperfeiçoaram-se as naves e os instrumentos de navegação. Tudo isto é certo e está amplamente demonstrado. Acorreram a Portugal gentes *de muitas e desvairadas partes* com o seu cabedal de conhecimentos e no estrangeiro tínhamos seguros informadores. D. Henrique trocava correspondência com um agente seu em Galway, na Irlanda;
- b) D. Fernando, desde 1460, interessou-se pelas explorações oceânicas a partir de Cabo Verde, e, não descurando as informações dos cartógrafos,

mandou fazer reconhecimentos no Atlântico central. Dada a proximidade de Cabo Verde da ilha de Fernando de Noronha e do nordeste brasileiro e a influência das correntes e dos ventos, é quase inadmissível a ignorância da existência de terras além-Atlântico. As pequenas Antilhas ficam a 10 dias de navegação de Cabo Verde e, com certo tempo, a menos dias ainda, facto que é preciso ter em conta quando se estuda o problema do descobrimento da América;

- ç) A partir da altura em que o príncipe D. João recebeu a herança de D. Fernando, aumentaram os conhecimentos portugueses nas costas da Groenlândia e da Islândia, acumularam-se os indícios das explorações de reconhecimento anteriores de outros povos e os trabalhos que confirmaram o que antes dissemos.

Jaime Cortesão afirma: «O Atlântico forma um todo... e os homens antes de governar a Natureza, têm que sujeitar-se, para a conhecer, às suas leis. Certos traços da geografia física do Planeta imprimiram direcção à história; e não é de supor que neste capítulo dos descobrimentos sucedesse por outra forma. Convencemo-nos, ao contrário, que a História dos descobrimentos realizados no Atlântico durante o século XV e começos do XVI nas costas dos dois mundos, formam igualmente um todo; e afigura-se-nos vão e erróneo separá-los uns dos outros — os do Oriente dos do Ocidente, qualificá-los à parte, como se noutro meio, dentro doutras leis físicas e guiados por outro espírito se houvessem desenrolado.»

5. *Os principais monumentos cartográficos do século XV*

Interessa, em primeiro lugar, a carta de Andrea Bianco datada de 1448, existente na Biblioteca Ambrosiana de Milão, onde se lê:

«Andrea Bianco, venician comito de galia me fexe a Londra M. CCCC. XXXXVIII».

Figura-se nela o Atlântico, na parte então conhecida, prolongando-se até ao Cabo Roxo, onde haviam pouco tempo antes chegado os navegadores portugueses. Aí, a costa inflectia para nascente, desprovida de nomenclatura geográfica, o que demonstra que o autor tinha notícia da existência do golfo da Guiné, mas não haviam sido exploradas as suas margens, ou, se o foram, dessas viagens o autor não tivera notícia. Optamos pelo primeiro significado. Além dos arquipélagos atlânticos e de falsas ilhas além dos Açores, a sudoeste de Cabo Verde figurou Bianco uma grande Terra com a seguinte legenda: «Ixola otinticha xe longa a poniête 1 500 mia».

Ilustres historiográficos identificam essa ilha com o Brasil dando-o como já então descoberto, embora outros, como Duarte Leite, proponham solução diversa para o problema. Andrea Bianco, antes de compor a carta, estivera em Lisboa a documentar-se sobre a tal «ilha fantástica» que fora «concebida» por portugueses. Coincidindo a ilha esboçada com a forma angular do Brasil, será lícito admitir que homens profundamente interessados na exploração do Atlântico, como D. Fernando e D. João, não a mandassem buscar e, em face das considerações que precedem, esses navegadores não

tivessem sido arrastados a terra firme ou à ilha de S. Mateus (Fernando de Noronha) ou à Trindade ou à costa brasileira, ou a alguma das Antilhas?

Diz Jaime Cortesão: «... o silêncio das crónicas oficiais sobre essas viagens (às ilhas do Atlântico), como se não passassem de acontecimentos vulgares, obedece à regra; e o pouco que sabemos sobre esse período obscuro dos Descobrimentos é revelado por fontes estrangeiras, algumas das quais propositadamente adulteradas para realçar glórias alheias»⁷⁴.

Colombo relata, no seu «Diário» da viagem de 1492⁷⁵, que os portugueses descobriram ilhas muitas vezes recorrendo a indícios, tais como, o voo das aves, nuvens, etc. Ora, próximas que fossem as terras ou ilhas, o voo das aves, que guiou Colombo, não teria despertado a curiosidade dos pilotos para percorrerem mais algumas milhas, tendo ainda facilitada a sua missão pelo regime geral das correntes marítimas e dos ventos?

Conjugados os dados cartográficos com os informes do cronista Galvão, de uma viagem em que casualmente se teria realizado o descobrimento da ilha das Sete Cidades, em 1447, sente-se esfumar a ideia dos que têm por fantasiosas as abordagens a terras além-Atlântico antes de 1492.

O Dr. Armando Cortesão demonstrou que a palavra Antília foi sempre portuguesa e que o grupo de ilhas representadas no mapa que estudou, já referido, corresponde às actuais Antilhas. «... os nomes portugueses aplicados às ilhas mostram terem-lhe sido dados por portugueses, naturalmente quando as descobriram, o que não é de admirar pois eles já eram então os mais activos navegadores».

Jaime Cortesão, a propósito da carta náutica de 1424, escreveu: «A Antília, quase sempre identificada como a ilha das Sete Cidades perpetuar-se-á na cartografia até aos fins do século XV... Em resumo: a carta de 1424 conduz irremediavelmente a uma série de antecipações: antes daquela data existia em Portugal a preocupação Atlântica; os cartógrafos, ou melhor, os cosmógrafos portugueses estavam de olhos no Ocidente ...»⁷⁶

Temos que admitir que em 1424 estava bem motivada a curiosidade portuguesa para as terras de além-Atlântico. Justifica-se a frase de Diogo Gomes, a propósito do descobrimento henriquino dos Açores: o Infante, ansioso por saber o que havia no Atlântico ocidental, para ali mandava os seus navios.

Na 6.^a carta do Atlas de Andrea Bianco, relativa a 1436, inseria-se a Antília e a «ilha de man satanaxio», com a legenda «questo xe *mar de бага*», expressão bem portuguesa relativa ao Mar dos Sargaços⁷⁷.

A carta catalã, existente na Biblioteca Nacional de Florença, feita em Maiorca, em 1439, apresenta ao sul das Canárias, sob o nome de «ymador», uma grande ilha com quatro ilhéus⁷⁸.

No mapa-mundi de Fra Mauro, elaborado em 1457 e 1459, em Veneza, por mandado de D. Afonso V, e que veio para Portugal, apresenta-se uma legenda no sudoeste da representação do continente africano. Diz que os portugueses chegaram a mais de 2 000 milhas além do estreito de Gibraltar. Sabe-se, por este exemplar, que Fra Mauro teve em seu poder novas cartas portuguesas, concluindo Jaime e Armando Cortesão dos seus estudos, que: «Reconhecemos, em abono dos críticos mais exigentes, que a aceitação da legenda, no seu extraordinário teor, oferece dificuldades, que é temerário

incorporá-la, sem discussão à história. Mas mais grave se nos afigura eliminá-la sem apelo, quanto mais não seja como conjectura digna de porfiado estudo.»⁷⁹

Porquê estas palavras? Porque a legenda revela esta coisa espantosa: que antes de 1457 os portugueses teriam dobrado o Cabo da Boa Esperança. Ora o que estranharam os irmãos Cortesão, torna-se dia a dia mais claro, depois da certeza a que se chegou de que se realizaram viagens de portugueses no Índico, antes das de Bartolomeu Dias e Vasco da Gama.

Cerca de 1475, Cristóvão Soligo figurou também a ilha das Sete Cidades no local onde nas cartas anteriores situavam os cartógrafos a Antília.

O mapa-mundi de Henricus Martellus, de 1489, elaborado em Florença, de colaboração com Francesco Roselli, baseado num protótipo português, apresentou os resultados das navegações de Diogo Cão e Bartolomeu Dias, e despertou o interesse de Colombo. No entanto, o mapa contém um erro inadmissível, pois o continente africano encontra-se prolongado mais 6° para o Sul e deslocado uns 20° para leste. Comenta Jaime Cortesão⁸⁰: «D. João II começou — e este facto permite a revisão das bases em que assentou o plano de Colombo — por fazer incorrer o grande genovês em dois erros fundamentais: o de que o valor do grau terrestre era muito reduzido e, por conseguinte, o Extremo-Oriente asiático muito próximo do Ocidente europeu; e o de que o cabo da Boa Esperança estava situado não a 34° 21' lat. Sul, como na realidade, mas a 45° o que dilatava enormemente o caminho marítimo para a Índia pelo Cabo da Boa Esperança.»

Hércules, duque de Ferrara, interessou-se profundamente pelos descobrimentos portugueses e

espanhóis. Em 1501 enviou à Península Alberto Cantino. Este foi recebido por D. Manuel e informou-se dos progressos realizados pelos portugueses, ouvindo da própria boca dos pilotos os relatos das viagens. Há uma carta, para o duque, de uma viagem portuguesa ao norte da América — a de Gaspar Corte-Real. Aproveita-se mais uma vez para acentuar que de algumas das expedições portuguesas mais importantes só temos conhecimento pelos relatos dos embaixadores e espiões estrangeiros. Os nossos cronistas, seguindo a política nacional de sigilo, não podiam narrar os mais importantes feitos ⁸¹.

Cantino conseguiu comprar, por 12 ducados de ouro, a um cartógrafo português, segredos das navegações portuguesas, como o declarou expressamente numa carta de 19 de Novembro de 1502.

Está feita a análise minuciosa deste monumento cartográfico. Nele figuram os domínios dos Reis Católicos, na América: Cuba, Jamaica, o Haiti, Porto Rico, muitas das pequenas ilhas das Lucaias e das pequenas Antilhas, a costa do continente antevisto por Colombo, em 1498, junto ao golfo de Pária, bem como os resultados das viagens de Ojeda e Vicente Yañez Pinzón à Venezuela e às Guianas, e às bocas do Orinoco. Aparece também um trecho da costa dos Estados Unidos, correspondente à Florida.

No Atlântico norte, e em frente da Escandinávia, há um contorno triangular, cortado pelo círculo polar ártico e com uma legenda ⁸²:

«Esta terra he descober per mandado do muy excelentissimo pricepe dom manuel Rey de Portugall aquall se cree ser esta a ponta dasia e os que a descobriron senam chegarão a terra mas vironla e nam

viram senão serras muyto espessas pollo qual seguem a opinyon dos cosmofircos se cree ser a ponta dasia». Está identificada com a Groenlândia, reconhecida, como se disse, pelos vikings e pelos portugueses muito antes.

Há ainda no mapa, no Atlântico norte, uma segunda legenda, junto ao meridiano de partição resultante do tratado de Tordesilhas: «Esta terra descoberta per mandado do my alto excellentissimo Principe dom Manuel Rey de portugall a qual descobrio gaspar de corte Real cavalleiro na cassa do dito Rey, o quall quãdo a descobrio mandou hũ navio com certos omens e molheres que achou na dita terra e elle ficou com outro nauyo e nunca mais veo e crese que he perdido e aqui há muitos mastos»⁸³.

O grande investigador HARRISSE identificou a terra a que se referia esta legenda com a Terra Nova, deduzindo tal identificação das cartas de Pasqualigo e Cantino e de certas passagens dos cronistas Damião de Góis e António Galvão.

O erro da localização deve-se, como é de compreender, não só às dificuldades de ordem técnica para a avaliação das longitudes, mas também à necessidade política de as «arrastar» para aquém do meridiano divisório criado pelo tratado de Tordesilhas.

Vejamos como Duarte Leite descreveu o que Cantino desenhou e que nos interessa considerar:⁸⁴

«Em Cantino desenha-se nitidamente um continente na faixa intertropical, que em a sua parte meridional é a Vera Cruz de Pedro Álvares Cabral; mas a terra recém-ganha a D. Manuel avança inesperadamente para sueste, aí por alturas de 23° S., em vez de tomar o verdadeiro rumo do oeste. Este alargamento excessivo para o

nascente não resultou certamente de cartas de marear; é uma errónea indicação de carácter conjectural. De 39° em diante cerra o contorno, e não sabemos se o cartógrafo, à minguia de informações, o estenderia em sua imaginação até paragens antárticas, se antes disso o limitaria por um oceano ligado ao seu *Oceano oriētales* que banha as Índias...

Em 1501 era voz corrente nas tripulações recém-chegadas da América do Norte que o Novo-Mundo formava um extenso continente seguido desde o hemisfério boreal até ao austral; no mapa de Cantino, de 1502, vemos entre a Ásia e quaisquer terras ao leste o *Oceano Occideroriētales* desde 67° N. até 88° S. É pois evidente que os portugueses sabiam que a Índia, a China e a Cipango de Marco Polo não só estavam extremamente afastadas da Europa, mas também não se ligavam às terras recém-descobertas, interpostas como barreiras entre a Ásia e a Europa ou África.»

Importa citar que, voltando a Portugal, no ano de 1500, a caravela de Gaspar de Lemos, segundo a ordem dada por Pedro Álvares Cabral, percorreu então a costa brasileira até ao Cabo de S. Roque. Este navegador, no dizer de Gaspar Correia, descreveu a costa minuciosamente, «escrevendo tudo e os aondas e sinaes com que tornou a El-Rey e houve muito prazer». Sabe-se também por Gaspar Correia que nesse mesmo ano determinou D. Manuel uma nova viagem de reconhecimento ao litoral brasileiro, mas não há confirmação de se ter realizado, antes de 1501, qualquer visita ao litoral brasileiro ⁸⁵.

Figura também na carta de Cantino a ilha de Fernão de Noronha.

A nova referência a este monumento serve-nos para sobre ele formularmos ainda algumas considerações mais. Não foi só o recurso à viagem de Pedro Álvares Cabral e a exploração de Gaspar de Lemos que determinaram a figuração relativamente precisa do contorno do continente sul-americano. A pouca abundância de nomenclatura não servirá neste caso de prova, pois também é escassa no caso particular das Antilhas, exploradas desde 1492.

6. *Os navios dos Descobrimentos*

A preparação de bons pilotos e a concepção de novos tipos de navios são preocupações constantes dos responsáveis pelos Descobrimentos no século XV.

Escreveu Cadamosto: «... essendo le caravelle de portugalo i mezor naulij che vadano sul mare de vele essendo quel le bem in ponto in ogni cossa oportuna»⁸⁶.

Lopes de Mendonça diz que a caravela é um navio latino de dois ou três mastros com velas triangulares, envergadas em antenas dispostas no plano longitudinal do navio⁸⁷.

Supõe-se que a caravela teria sido inspirada nos carabos ou caravos muito usados pelos mouros no N. de África, que por seu turno teriam recebido inspiração dos pangaios árabes, que sulcavam o Índico, tal como sugere o Almirante Gago Coutinho. Navio ligeiro, de pequena tonelagem, mais estreito e mais comprido do que outros navios de vela, «toma a vela dos latinos e dos redondos o casco»⁸⁸. Opunham maior resistência à deriva e davam maior facilidade a virar de bordo. O aparelho latino das caravelas correspondia a uma necessidade de navegação

no Atlântico, onde se deparavam aos navegadores os ventos alisados de Nordeste (ponteiros) para os que voltavam de África.

D. João II foi ao ponto de promulgar medidas que proibiam aos portugueses a venda de caravelas a estrangeiros, sob pena de morte.

Foi em tempo de Bartolomeu Dias, na demanda do Cabo e do Índico, mares sujeitos a fortes tempestades, que o casco e o aparelho da caravela mais alterações sofreram. Passaram a ter mais um ou dois mastros, providos, tanto o grande como o da proa, de velas redondas, e o casco aproximou-se do da nau.

No tempo de Vasco da Gama a Índia foi atingida por uma caravela e três naus, pois se reconheceu que as viagens no mar largo dispensavam navios muito chegados ao vento como os modernos barcos latinos. Descobriram-se, no século XV, o regime de ventos gerais e a possibilidade dos navios, contornando-os, seguirem rotas indirectas, para evitarem a faina de bordejar contra o vento.

Jaime Cortesão, corrobora a já hoje repetida afirmação de que os descobrimentos exigiram uma larga preparação científica e técnica, um conhecimento profundo dos mares e suas condições de navegabilidade. Vamos transcrever uma importante passagem do seu trabalho:

«A nau era um navio de maior porte com acastelamentos à proa e à popa, de pano redondo, podendo armar três mastros (do traquete, grande e da mezena), arvorando, nos dois primeiros, pano redondo e, no da mezena, um bastardo. No gurupés armava uma ou duas velas redondas. Navios bojudos, cuja boca andava por 1/3 do comprimento da quilha, serviam o tráfego, e, nas cobertas, em número variável, recebiam artilharia. De

100 tonéis, e menos, as primeiras, o tamanho foi aumentando com o decurso dos tempos.»⁸⁹

Estes os tipos de navios que interessa especialmente referir.

Conclui-se, do que precede, que as condições técnicas influíram profundamente nos reconhecimentos levados a cabo por portugueses e castelhanos, dando maiores vantagens àqueles que possuíam melhores meios e tripulações mais adestradas nas lides do mar.

III /AS PRIMEIRAS VIAGENS LUSO-CASTELHANAS NO SÉCULO XVI.

1. *As primeiras viagens no século XV para as Canárias*

As primeiras notícias de viagens atlânticas no século XV são as da expedição franco-normanda às Canárias, conduzida por João de Bethencourt e Gadifer de la Salle, saída da Rochela, a 1 de Maio de 1402, para a conquista da ilha de Lançarote. Após o feito, recorrem os navegadores ao papa de Avinhão, Bento XIII, a solicitar apoio religioso, económico e militar. Este expediu a bula «Apostolatus officium»⁹⁰ destinada aos prelados e aos fiéis de Aragão, Navarra, Escócia e Nápoles, e aos duques da Bretanha e Sabóia e condes de Armagnac e Foix. O papa concedeu graças espirituais aos defensores da ilha e conquistadores das restantes e aos que se devotassem à conversão dos naturais. No ano seguinte, pela bula «Romanus Pontifex», foi erigido o bispado de Rubicão, na fortaleza recém-construída em Lançarote, e designado bispo o franciscano Fr. Afonso de S. Lúcar de Barrameda. João Bethencourt enfeudou-se a Henrique III, de Castela, interessado desde logo na posse das

Canárias. Há expedições de Bethencourt às ilhas de Forteventura e do Ferro e notícias de desembarque, em 1405, na costa africana ao sul do Cabo Bojador. Iniciou-se, seguidamente, o tráfego comercial entre Marrocos e as Canárias, de certo vulto, o que contribuiu para o crescente interesse dos monarcas castelhanos pelo arquipélago.

Em 1418, o senhorio das ilhas passou para o conde de Niebla, e, dois anos depois, o rei de Castela doou-as a Afonso de Las Casas. Foi, porém, Guillen, seu filho que delas se apoderou entre 1423 e 1424.

O infante D. Henrique inauguraria a questão canária, no século XV, com a tentativa de ocupação da Grã-Canária, uma das ilhas não ocupadas, para o que preparou uma forte expedição comandada por D. Fernando de Castro. Esta «questão» viria, mais tarde, a desdobrar-se em duas: a das ilhas e a da costa marroquina fronteira ao arquipélago. Ter-se-ia preparado também uma expedição às Canárias, em 1416, capitaneada por Gonçalo Velho ⁹¹. Estas tentativas portuguesas deram origem a fortes protestos do monarca castelhano. À data da morte de D. João I o senhorio das Canárias «achava-se tão alienado da coroa de Castela, com prerrogativas tão caracteristicamente feudais (concessão hereditária, faculdade de cunhar moedas, de exercer alta e baixa justiça, obrigação de ajuda militar), que podia dizer-se nenhum príncipe cristão tinha mão nelas. A esta usurpação de domínio opôs a Coroa de Portugal, nitidamente, uma restrição de poderes no tocante às suas ilhas da Madeira, quando os direitos, rendas e jurisdição destas passaram do rei de Portugal para o infante D. Henrique, em 26 de Setembro de 1433. Pela mercê régia, são doadas «com jurdiçon civil e crime salvo em Sentença

de morte ou talhamento de mēbro mandamos que a alçada fique a nós e venha a casa do civil de lixboa», segundo escreve João Franco Machado, que sobre este problema das Canárias se debruçou.

Bento XIII, pela bula «Pie fidelium nota», de 1 de Abril de 1416 ⁹² concedeu aos franciscanos Pedro de Pernia e João de Baeça licença para fundarem uma casa na ilha de Forteventura, na diocese rubicense.

Martinho V, a rogo de D. João I, em 4 de Abril de 1418, expediu uma bula de cruzada, a «Rex regum», que reconhecia a Portugal a posse de Ceuta e das demais cidades que o rei viesse a tomar aos sarracenos, e concedia indulgências plenárias e garantias de cruzado da Terra Santa, ordenando, finalmente, às autoridades eclesiásticas das terras cristãs que pregassem a Cruzada, se o rei de Portugal o solicitasse.

Tem grande importância o documento ⁹³ pois foi expedido de Constança, por altura da celebração do Concílio, não constando que tivesse havido oposição das embaixadas europeias presentes, à excepção do protesto castelhano, de 1424, apresentado ao embaixador de Portugal pelo de Castela, Afonso de Cartagena, bispo de Burgos, o que levou a demoradas negociações. D. Henrique pediu a Castela o direito à conquista das ilhas não ocupadas mas o rei castelhano recusou, o que levou o infante a requerê-lo ao papa. Este, pela bula «Dudum cum ad nos», de 31 de Julho de 1436, concedeu as Canárias a Portugal, o que determinou um protesto castelhano em Roma, nos termos que se seguem, extraídos da própria bula: «Cum autem postmodum carissimus in Christo filius noster Joahannes Castelle et Legionis Rex illustria, intellectis prefatarum litterarum concessione et terroribus, multum apud nos per suas

orotores et litteras conquestus fuerit, assertus sibi magnum fieri preindiciu ex litteris prefatis, et ex eis sequi uris sui diminutionem, cum assetat terne Africe et insularum prefatarum conquestam ad se spectare.»⁹⁴

2. *O problema da posse das Canárias*

No concílio de Basileia voltou a debater-se o problema da posse das Canárias. Os argumentos invocados por ambas as partes são conhecidas pelas «allegationes factas per reverendum patrem dominum Alfonsum de Cartaiena, Episcopum burgensem in Consilio Basiliensi, super conquista Insularum Canarie contra Portugalense»⁹⁵.

Portugal argumentou deste modo:

- 1.º — As ilhas não ocupadas eram «res nullius»;
- 2.º — Desde 1341 que se tinham sucedido expedições portuguesas às Canárias;
- 3.º — A maior vizinhança das ilhas das costas portuguesas;
- 4.º — O propósito português de evangelização dos naturais.

Castela, por seu turno, alegou:

- 1.º — A ocupação efectiva das ilhas próximas e o propósito de a estender às restantes;
- 2.º — A proximidade das Canárias da Mauritânia Tingitânia, que pertencera aos reis godos, dos quais os de Castela eram herdeiros universais;
- 3.º — A missão portuguesa não implicava necessariamente direitos de soberania;

4.º — As anteriores expedições não conferiam direitos aos portugueses.

Parece que durante o Concílio se chegou a uma «Declaração sobre precedência de João II contra o rei de Portugal sobre as ilhas Canárias» e que o documento se encontra arquivado no Arquivo de Simancas.

Algum tempo depois, D. Duarte doou o espiritual das ilhas atlânticas à Ordem de Cristo e pediu ao papa que lhe confirmasse a doação e lhe fizesse mercê das Canárias ainda não ocupadas ⁹⁶.

Em 1445, o sevilhano Hernán Peraza sucedeu no senhorio de Forteventura a Guillén las Casas. Numa armada mandada ao arquipélago em 1451 seguiram João Ñiguez de Atabe e o bispo João de Cid. Houve também por essa época um sério conflito entre portugueses e castelhanos, como se prova pela seguinte carta, de 25 de Maio de 1452, de Toledo, para o rei de Portugal: «Vos enviamos rogar... vos pluguiese mandar e defender a vuestros vasallos e subditos e naturales que no armasen navios ninguno contra los de las dichas nuestras islas... lo qual no embargante... el año que passó de 1450... ocho caravelas y una fusta con gentes de armas de vuestros reinos... combatieron... e robaron los bienes e ganados e bestias de los vecinos de la dicha nuestra isla y ansimismo de algunos mercadores nuestros vasallos, naturales de nuestros reinos, que alla habian ido por causa e negociación de sus mercaderías» ⁹⁷.

Conseguiu o infante D. Henrique que Micer Maciote lhe cedesse o senhorio sobre a ilha de Lançarote, donde resultaram incidentes quando seguiram duas caravelas com Álvaro Dornellas e Antão Gonçalves. Ao fim de dois anos, os naturais, com o auxílio de castelhanos,

expulsaram os portugueses, o que evitou certamente a intervenção do rei de Castela, a quem não agradaria ter como «subdito» o infante D. Henrique ⁹⁸.

Para tentar resolver o litígio sobre as Canárias, veio a Lisboa, por duas vezes, o escrivão do rei de Castela, João Iñiguez de Atabe, a última, em 1452, na companhia de Diogo Gonzalez de Ciudad Real, mas das negociações não resultou nenhum acordo. D. Afonso V, em resposta, informou Castela que, se do exame das escrituras se concluísse que as ilhas lhe pertenciam, respeitaria o tratado de paz, o que parece deixar antever a legitimidade dos direitos portugueses. Assim o entendeu Henrique IV, pois, ao casar com a infanta de Portugal, doou aos condes de Atouguia e Vila Real, que a haviam acompanhado a Castela, as ilhas não conquistadas: Grã-Canária, Palma e Tenerife. Venderam-na aqueles nobres ao infante D. Fernando, não sem antes se terem dirigido a Pio II, para obterem a confirmação da posse ⁹⁹. Conseguem-na, relativamente à Grã-Canária. Entretanto, o castelhano D. Garcia Herrera impugnou a concessão. Henrique IV, pela carta régia de 6 de Abril de 1468, anulou-a. Depois de ser reconhecida a soberania castelhana sobre as Canárias, D. João II encarregou Rui de Pina, que fora pedir a mão de D. Beatriz para seu filho, de no dote se requererem as Canárias, que el-rei tinha por necessárias para a segurança da navegação para a Guiné.

«Só a importância do arquipélago como ponto estratégico e escala necessária dentro de um vasto plano de execução, podiam explicar semelhante iniciativa por tal forma arriscada, não obstante os sucessivos esforços em tempo de D. Duarte, D. Afonso V e D. João II, jamais foi coroada de êxito definitivo. Essa primeira de uma larga série de tentativas para tomar posse dessas ilhas

revela, quanto a nós, só por si, a vastidão inicial do plano e o desejo de tornar “mare clausum” o oceano inexplorado, vedando-o mais do que a ninguém aos Castelhanos»¹⁰⁰.

3. *O descobrimento dos arquipélagos da Madeira e dos Açores*

Diogo Gomes e Zurara são as melhores testemunhas do pensamento henriquino.

Zurara enumera as cinco razões do Infante para os descobrimentos: vendo que nenhuns mareantes nem mercadores se meteriam a descobrir terras nem navegar para regiões donde não esperassem real curiosidade «e vendo outrossim como nenhum outro príncipe se trabalhava disto, ele contra aquelas partes mandou seus navios para haver de tudo manifesta certeza, movendo-se a isso por serviço de Deus, e El-Rei D. Duarte seu Senhor e Irmão, que naquele tempo reinava (1.^a razão). Considerou que achando-se naquelas terras alguma povoação de cristãos, ou alguns tais portos em que sem perigo pudessem navegar, que se poderiam para estes reinos trazer muitas mercadorias, que teriam bom mercado, pois com eles não tratavam outras pessoas destas partes nem doutras nenhuma que sabidas fossem. E que isso mesmo levariam para lá das que nestes reinos houvesse, cujo tráfego teria grande proveito aos naturais (2.^a razão).

Dizia-se que o poderio dos mouros daquela terra de África era muito maior do que se comumente pensava. E que não havia entre eles cristãos nem outra alguma geração. E porque todo o que é prudente é levado a

querer saber o poder do seu inimigo trabalhou-se o dito senhor de o mandar saber para determinadamente conhecer até onde chegava o poder daqueles infieis. Esta é a 3.^a razão e a 4.^a porque já havia 21 anos que guerreava os mouros e nunca se achara rei cristão nem senhor fora desta terra que por amor de Nosso Senhor Jesus Cristo o quisesse à dita guerra ajudar, queria aliados naquelas partes, príncipes cristãos, em que a caridade e o amor de Cristo fosse tão esforçado que o ajudassem contra aqueles inimigos da fé.

Finalmente, a 5.^a razão, foi o grande desejo que havia de acrescentar em a Santa Fé de Nosso Senhor Jesus Cristo e trazer a ela todas as almas que se quisessem salvar conhecendo que todo o mistério da encarnação, morte e paixão, de Nosso Senhor Jesus Cristo, «foi obrado a estes fins, para a salvação das almas perdidas, as quais o dito senhor queria por seus trabalhos e despesas trazer ao verdadeiro caminho, conhecendo que se não podia ao Senhor fazer maior oferta»¹⁰¹.

Nesta transcrição livre, é patente a ideia geral dos Descobrimentos. Vinte e um anos após a tomada de Ceuta, isto é, em 1436, os portugueses haviam progredido nos mares até às Canárias e, portanto, encontrado no seu caminho a Madeira e os Açores. A escola de Sagres produzira investigação científica de alta qualidade sem que, pelas razões apontadas pelo cronista Zurara, como a falta de proveito económico e almas para converter ou aliados a encontrar, se levasse tais descobrimentos a figurar nas crónicas do tempo. Melhor ou pior localizadas, as ilhas figuravam apenas nos monumentos cartográficos, para serviço dos mareantes¹⁰².

Tem-se defendido a tese de que, a partir de 1416, — quando chegámos ao Cabo Bojador, ao sul das Canárias,

depois de se ter reconhecido que ao longo da costa de África dominavam os ventos e correntes para o Sul, tornando a volta à Península com os navios de vela, demorada e aborrecida — os mareantes se afastavam da costa, iam no bordo do Noroeste, até que, esgotados os ventos do Norte e caídos na região dos ventos variáveis enchiam a latitude até atingirem, no mar largo, a altura de Lisboa. Tomavam barlavento e faziam caminho directo. E na viagem larga se encontra justificação para a conjectura de que na volta da costa de África os navios do Infante tivessem topado com algumas das ilhas dos Açores»¹⁰³.

As aludidas navegações foram realizadas com caravelas, por se tratar do tipo de navio que tornou possível o incremento das navegações atlânticas.

Não errará quem apontar uma primeira navegação dos portugueses para a Madeira em data muito chegada a 1415. Pouco depois a ilha começou a ser povoada, segundo uma carta de doação do Infante, datada de 1460.

João Gonçalves Zarco e Tristão Teixeira partiram num navio cedido pelo Infante, para guerrear os mouros na costa de África, mas impelidos por ventos contrários, na viagem abordaram Porto Santo, que lhes pareceu de grande proveito «de se povoar». Regressaram a Portugal, e, numa posterior viagem, fornecidos do necessário para se manterem, acompanhados por um fidalgo, Bartolomeu Perestrelo, seguiram novamente para o Porto Santo. Daí, passaram os dois primeiros, à ilha da Madeira, enquanto o terceiro regressava a Portugal, a fim de obter meios suficientes para a colonização. Tinham achado as ilhas boas para nelas se fazerem grandes sementeiras¹⁰⁴.

Conhecedor das possibilidades da Madeira, preparou o Infante uma nova expedição, com mais gentes e

«corregimento de igreja, com os seus clérigos». Foi certamente esta expedição em 1425-26. Como Azurara diz que a viagem de Zarco e Tristão Teixeira teria sido no regresso do infante do «descerco», em 1418, podemos situar a primeira viagem em 1419 e a segunda, com Bartolomeu Perestrelo, em 1420 ¹⁰⁵.

Zurara data o início do povoamento da Madeira do ano de 1425. Mas no Atlas Mediceu, de origem genovesa, de 1370, são representadas as ilhas do Arquipélago da Madeira com nomes de origem portuguesa.

«El-Rei cada verão mandava navios, e ferro, e aço e sementes e gados que tudo frutificava muito; de cada alqueire que semeavam pelo menos colhiam sessenta, e as reses ainda mamavam, e já pasciam, e tudo se dava assim, havia grande quantidade de madeira formosa, e a levavam para partes e começavam com ela a fazer navios de gávea e castelo de vento, porque dantes não os havia no Reino nem tinham para onde navegar, não havia mais que caravelas no Algarve e barinéis em Lisboa e no Porto» ¹⁰⁶.

Zurara refere-se aos Açores nos termos que se seguem:

«E na era de mil iiijc v(1445) anos, mandou o Infante a um cavaleiro, que se chama Gonçalo Velho, Comendador que era na Ordem de Cristo que fosse povoar outras duas ilhas que estão afastadas daquelas (Madeira e Porto Santo) CLXX léguas ao noroeste» ¹⁰⁷.

Diogo Gomes escreve:

«Em certo tempo, o Infante D. Henrique, desejando descobrir lugares desconhecidos no Oceano Ocidental, com o intuito de averiguar se existiam ilhas ou terra firme, além das descritas por Ptolomeu, mandou

caravelas a procurar essas terras. Seguiram viagem e viram terra a Ocidente trezentas léguas além do cabo Finisterra e vendo que eram ilhas entraram na primeira...»

No Atlas Mediceu, de 1351, na carta de Soleri, de 1436 ou 1448, e na de Soligo, de 1455, aparecem figuradas algumas das ilhas dos Açores, embora mal localizadas a maioria.

Numa legenda, atribuída a Gabriel de Valseca, na carta que desenhou, em 1439, figura a seguinte inscrição:

«Aquestas illes foram trobades p. Diego de Silves pelot del rey de Portogall an lay MCCCCXXVII»¹⁰⁸.

«Em resumo, o pouco que com suficiente segurança pode afirmar-se a respeito das primeiras navegações portuguesas quinhentistas nas águas açorianas consiste no seguinte: em 1427, um navio pilotado por Diogo de Silves encontrou o arquipélago açoriano, de que em 1439 eram já conhecidas as sete ilhas que compõem os grupos oriental e central; ...»¹⁰⁹.

Como se sabe que a carta catalã foi elaborada 64 anos antes da de Valseca, que a copiou, temos que as ilhas foram descobertas antes de 1375, o que contribuiu para confirmar o Atlas Mediceu de 1351.

Portanto, não restam hoje dúvidas acerca do descobrimento no século XIV dos Açores e é positiva uma navegação de Diogo de Silves em 1427 e o início do povoamento em 1445, por Gonçalo Velho.

«Embora os nomes originariamente dados a estas ilhas tenham quase todos desaparecido e aqui (cartas do maiorquino Guillermo Soler, datadas de 1380 e 1385) das (ilhas) se encontram representadas numa correnteza

N.-S., mais para leste do que a sua situação verdadeira, estou convencido — apesar de algumas opiniões indecisas ou categoricamente contrárias — de que correspondem aos Açores. E se esta correnteza de ilhas — com os nomes que se mantiveram consistentemente em todas as cartas, desde o século XIV ao século XV e mais ou menos nas suas posições relativas, tais como a Ilha dos Coelhoos (Flores), Ilha da Ventura (Faial), Ilha dos Pombos (Pico), Ilha Brasil (Terceira), Ilha das Cabras (S. Miguel), Ilha do Lobo (Santa Maria), e Corvo e S. Jorge, nomes estes que sobreviveram... não pretendia representar os Açores, então seria apropriado que, antes de negar categoricamente aquela identificação, se dissesse o que queria representar a correnteza de nove ilhas.

.....

A volta pelo mar alto, no regresso das Canárias, que logo após o seu descobrimento os navios de vela praticavam, trazia-os, por força dos ventos e correntes nesta parte do Atlântico, não só à Madeira como também aos Açores, sendo pelas latitudes deste arquipélago que se encontravam condições mais favoráveis para navegar a direito até às costas portuguesas... É, com efeito, absolutamente inconcebível que navegadores trecentistas, capazes de uma tão longa viagem como a das Canárias, no regresso, não tivessem descoberto, além da Madeira, os Açores...»¹¹⁰

No testamento do Infante D. Henrique, outros dos testemunhos de que nos podemos socorrer, datado de 28 de Outubro de 1460, lê-se:

«... Estas são as igrejas e capelas que eu... estabeleci e ordenei para sempre em reverência e louvor de Nosso

Senhor Jesus Cristo e da Virgem Santa Maria sua Mãe, minha senhora...

item ordenei e estabeleci a igreja de são Luís, e a igreja de S. Diniz na Ilha de S. Diniz; e a igreja de São Jorge, na ilha de São Jorge; e a igreja de São Thomaz, na ilha de S. Thomaz; e a igreja de Santa Eiria na Ilha de Santa Eiria;

item ordenei e estabeleci a igreja de Jesus Cristo na ilha de Jesus Cristo; e outra igreja na Ilha Graciosa;

item ordenei e estabeleci a igreja de São Miguel na ilha de São Miguel, e a de Santa Maria na ilha de Santa Maria».

Quatro dessas ilhas (São Jorge, Graciosa, S. Miguel e Santa Maria) ainda hoje conservam os nomes que tinham no tempo do Infante. As outras cinco ilhas têm nomes diversos mas podem identificar-se assim:

Ilha de Jesus Cristo	actual ilha Terceira
Ilha de São Luis	actual ilha do Faial
Ilha de São Diniz	actual ilha do Pico
Ilha de São Tomás	actual ilha das Flores
Ilha de St. ^a Iria	actual ilha do Corvo ¹¹¹

4. *O descobrimento do arquipélago de Cabo Verde*

O arquipélago de Cabo Verde foi descoberto ainda em vida do Infante D. Henrique.

O professor Damião Peres aponta quatro nomes como os de possíveis descobridores: António de Nola, Cadamosto, Diogo Gomes e Vicente Dias ¹¹².

Uma carta régia de 19 de Setembro de 1462 refere-se às ilhas de Santiago, Fogo, Maio, Boavista e Sal achadas por António de Nola em vida do Infante. Na carta de

doação, de 8 de Abril de 1497, a D. Branca de Aguiar, filha de Nola, da capitania da Ribeira Grande, em Santiago, diz-se que fora seu falecido pai que achou a dita ilha.

Diogo Gomes, ao narrar os sucessos da sua viagem de 1460, diz que foi ele e António de Nola que descobriram Cabo Verde.

Por seu turno, Cadamosto informa que descobriu o arquipélago em 1456. À primeira ilha abordada pusera o nome de Boa Vista. S. Filipe e Santiago teriam sido descobertas nos dias dos respectivos santos.

Segundo a opinião de Wieder, exposta na *História dos Descobrimentos Portugueses*, de Damião Peres, o descobridor foi Vicente Dias, em 1445, pelos motivos que assim foram esquematizados:

- 1.º — No canto inferior esquerdo da carta de Andrea Bianco de 1448 acha-se parcialmente desenhada, a sudoeste de Cabo Verde, uma ilha autêntica («ixola otinticha») cujo contorno é muito similar ao da costa setentrional da ilha de Santiago nas cartas de Benincasa;
- 2.º — A legenda que acompanha a dita ilha autêntica dá-la situada 500 milhas ao poente do continente africano, pouco divergindo essa distância da que realmente separa de Cabo Verde a ilha de Santiago;
- 3.º — O cronista Damião de Góis, ainda que em meio de erros e confusões, indica como data do primeiro descobrimento de ilhas cabo-verdianas o ano de 1445;
- 4.º — O capitão henriquino Vicente Dias tomou parte em 1445 na grande expedição de

Lançarote, tendo sido o seu navio um dos que regressaram isoladamente, e comandou em 1454 a caravela em que Cadamosto realizou a sua primeira viagem à costa africana ocidental.

O diploma mais antigo conhecido é uma carta régia de doação de D. Afonso V a D. Fernando, de 3 de Dezembro de 1460, das ilhas então conhecidas: S. Jacob, Filipi, S. Cristóvão e Lana.

Na carta régia de 29 de Outubro de 1462 diz-se que Diogo Afonso, escudeiro do Infante D. Fernando, foi o descobridor das ilhas de Santo António, a actual Santo Antão, da ilha Branca, o actual ilhéu Branco, e da ilha Rasa, o ilhéu Raso ¹¹³.

A única certeza, portanto, é que antes de 1460 o arquipélago de Cabo Verde era conhecido dos portugueses, sem se poder excluir a hipótese do seu descobrimento em data anterior a 1456.

Estavam pois nas mãos de Portugal as bases atlânticas que defrontavam a América e seriam navegadores portugueses os primeiros a pôr o pé no Continente Americano.

5. *Navegações atlânticas*

Castela não viu com bons olhos o feito português de Ceuta, narrado num capítulo precedente, e é natural que, até 1431, quando se assentou definitivamente a paz entre os dois reinos, o assunto haja sido objecto de largas controvérsias, que têm escapado aos investigadores, ou de que não haja documentação escrita.

O rei de Castela havia-se comprometido a não se intrometer na conquista do reino de Fez, o que justifica que não se tenham posteriormente verificado reclamações dos castelhanos ou negociações entre os dois países além das questões concernentes aos limites do reino de Fez ¹¹⁴.

Entretanto, além das sucessivas empresas no norte de África, mandava o infante D. Henrique, cada ano, os seus navegadores, no prosseguimento das descobertas na costa guineense.

Não nos alongaremos sobre estas, bastando citá-las no seguinte esquema:

- 1434 — Gil Eanes dobrou o cabo Bojador;
- 1435(?) — Gil Eanes e Baldaia atingem a Angra dos Ruivos;
- 1436 — Baldaia atingiu o Rio do Ouro e a Pedra da Galé;
- 1441 — Nuno Tristão chegou ao Cabo Branco;
- 1443 — Nuno Tristão atingiu Arguim;
- 1444 — Nuno Tristão foi até à Terra dos Negros e Dinis Dias até Cabo Verde;
- 1445 — Álvaro Fernandes atingiu o cabo dos Mastos e começou-se a colonização do arquipélago de Cabo Verde.

Até 1448 os acontecimentos em Marrocos e as negociações com a Cúria Romana, tendentes a darem a Portugal as necessárias garantias de segurança às actividades de expansão oceânica, de custos tão elevados, não levam mais longe do que a Cabo Verde.

Por outro lado, à excepção de ousados pescadores andaluzes, não há vestígios de interesse castelhano pelas

costas da Guiné, na zona em que Portugal se expandia, até à data considerada. Mas em 1449 o duque de Medina Sidónia organizou uma expedição que se propunha dirigir-se até ao cabo Bojador, a fim de explorar os mares e terras novamente descobertas, as suas «pesqueiras, resgates, pechos, derechos, justicia y jurisdición alta y baja, a reserva de los mureros de oro y plata, todo em atención a los servicios prestados y a los que se siguen a S. M. con la conquista de aquellas tierras»¹¹⁵.

Tal decisão comportava uma ameaça aos direitos de Portugal às terras e mares que com tantos sacrifícios e despesa explorara e não seria de crer na indiferença dos responsáveis portugueses pela expansão oceânica. Desde logo há um recrudescimento de conflitos no mar e de esforços diplomáticos em Castela e em Roma.

Por iniciativa do infante D. Henrique, mandou-se à Corte do rei castelhano, Mestre Afonso Belo, a solicitar a cedência da ilha de Lançarote, que se aforara a Maciote¹¹⁶ mas João II preferiu entabular negociações com D. Afonso V, através dos embaixadores João de Guzman e João Afonso de Burgos, e solicitou que os portugueses se não imiscuissem na conquista da Berbéria e da Guiné, que lhe pertencia. D. Afonso V afirmou aos embaixadores ter por certo que aquela conquista era sua, e, assim, Castela, para forçar os portugueses a desistirem da posse das Canárias, fazia entrar nas mesmas negociações o caso da Berbéria e da Guiné, o que para os portugueses tinha a maior importância.

Entretanto Nicolau V expedira a Bula «Romanus Pontifex», de 8 de janeiro de 1454¹¹⁷, que só viria a ser conhecida em Lisboa mais tarde, pois foi lida na Sé de Lisboa em Agosto. Nela se proibiam a navegação e comércio dos cristãos por toda a costa da Guiné, sem

licença do rei de Portugal, além dos cabos Não e Bojador. Dois anos mais tarde Calisto III, pela bula «Inter Coetera» ¹¹⁸ de 13 de Março, confirmava a bula «Romanus Pontifex» e concedia à Ordem de Cristo o poder, domínio e jurisdição espirituais nas regiões reservadas aos portugueses.

Há uma carta de 10 de Abril de 1454 na qual o rei de Castela se dirigiu a D. Afonso V queixando-se de que no retorno da Guiné, *que era da sua conquista*, navios castelhanos haviam sido atacados por um navio português, que tomara um deles e o trouxera para Portugal, e os tripulantes haviam ficado prisioneiros. D. Afonso V, segundo os costumes daqueles tempos, que mandavam cortar as mãos aos ladrões, também o fez na pessoa de um mercador genovês, residente em Sevilha ¹¹⁹.

De 7 de Junho de 1454 é uma carta de doação régia da administração espiritual e jurisdição de todas as praias, costas, ilhas e terras, conquistadas e por conquistar, de Guiné, Núbia, Etiópia e de qualquer outra denominação, nos termos em que tal administração já era exercida pela Ordem de Cristo ¹²⁰.

Conclui-se, portanto, daqui que os portugueses se interessavam já vivamente por terras que se estendiam por toda a África e não somente pela costa da Guiné que só seria atingida oficialmente até ao cabo das Palmas, em 1460, por Pedro de Sintra e Soeiro da Costa.

Verifica-se que Castela, até 1475, praticamente, abandonou as suas pretensões à Guiné, não constando dos arquivos ou dos cronistas quaisquer vestígios de reclamações ou alegações de direitos, antes a sua conformação com as bulas papais. E assim é que encontramos o monarca castelhano Henrique IV a

solicitar autorização a Portugal para navegar para a Guiné, mas não a invocar direitos a essa navegação.

O cronista espanhol Palencia, citado por Pérez Embid, escreveu:

«O continuado favor da fortuna e, sobretudo, as imensas riquezas adquiridas em suas felizes empresas marítimas (dos portugueses) haviam-lhes feito acreditar que poderiam dominar a seu belo prazer nas costas ocidentais. Nas suas frequentes navegações pelo Meio-dia haviam-se erigido em senhores do litoral etiópico, até ao ponto de que a quantos castelhanos se encontravam por aqueles mares sem autorização do rei D. Afonso faziam-nos morrer em atrozes tormentos... Possuídos de tal orgulho, deram-se ao começo da guerra a correr as costas da Andaluzia e de Cadiz, apresando os barcos pesqueiros e de mercadores, sem que pudesse opor-se-lhes resistência, por falta de embarcações, até à chegada ao Guadalquivir das quatro galeras... Já antes, sem embargo, três ou quatro pescadores de Palos curtidos nas coisas do mar, haviam refreado a ferocidade portuguesa apresando-lhe muitas embarcações ao regresso da Etiópia, dando morte à tripulação e apoderando-se das mercadorias, escravos e escravas, que traziam»¹²¹.

Este testemunho de Palencia permite-nos concluir que os Castelhanos não desistiam das suas pretensões à Guiné, nem solicitavam licença a Portugal, conforme a bula «Romanus Pontifex» exigia, servindo-se de barcos que se podiam classificar de corsários para atingirem a costa da Guiné, e os Portugueses, sempre que os encontravam, procuravam eliminá-los.

Em Portugal, entretanto, prosseguiram as expedições comerciais e de exploração da costa guineense podendo,

sobre as navegações mais importantes, dar-se o seguinte quadro, visto não interessar, para o objectivo do nosso estudo, uma mais ampla referência:

- 1460 — Pedro de Sintra e Soeiro da Costa em expedição à Costa dos Negros, atingiram o cabo das Palmas;
- 1469 — Contrato da Coroa com Fernão Gomes, de arrendamento por cinco anos do exclusivo resgate da costa da Guiné, com certas limitações territoriais a favor do infante D. Fernando e do Príncipe D. João, respeitante à costa fronteira ao arquipélago de Cabo Verde e ao castelo de Arguim;
- 1470 — Soeiro da Costa atingiu o rio a que deu o seu nome;
- 1471 — João de Santarém e Pedro Escobar chegaram à costa da Mina e Lopo Gonçalves ao cabo Lopez;
- 1475 — Rui de Sequeira chega ao cabo de Catarina e na mesma data se descobrem as ilhas do Golfo da Guiné.

Era esta a situação com que se depararam os castelhanos quando se iniciou a luta pelo trono de Castela e Leão, à morte de Henrique IV. Esses importantes sucessos foram objecto de capítulo especial, pelo lugar importante que ocupam na guerra e na discussão diplomática luso-castelhana.

6. Reconhecimentos no Atlântico Ocidental

Viu-se que uma das primeiras referências às navegações para o ocidente foi escrita por Diogo Gomes, ao tratar dos Açores: «Desejando conhecer (o Infante D. Henrique) *as regiões afastadas do oceano ocidental*, enviou caravelas para procurar *terras*»¹²².

Nos séculos XIV e XV os especialistas admitiam a possibilidade de se atingir a Ásia navegando o Atlântico para o Ocidente. Assim se dizia no «Tratado da Esfera», de Sacrobosco, e no «Ymago Mundi», de Pedro d'Ailly, para só se citar duas obras que, de ciência certa, os portugueses e castelhanos conheciam. Em meados do século XV, afirmava-se em certos centros europeus que não havia, além da Islândia, mais terras ou ilhas para o poente, e, segundo diziam alguns, um navio que fosse sempre a direito encontraria a terra do Preste João, o que permite inferir que o lendário reino de Preste João era considerado já no século XV na Ásia e não na África, como se tem tentado fazer crer. Os cartógrafos ensinavam que no Atlântico havia ilhas dispersas e a grande ilha das Sete Cidades para descobrir, e não opunham um continente a cortar a passagem para a Ásia. Isto, pelo menos, desde 1436.

Na carta de Andrea Bianco, de 1448, elaborada em Londres com dados colhidos em Portugal no ano anterior, na representação do Atlântico, figura, além das ilhas fantásticas, uma terra a sudoeste de Cabo Verde com a seguinte inscrição: «Ixola otinticha xe longa a poniête 1500 mia», identificada como se viu com o Brasil, embora possa ser contestada essa identificação. Por seu turno, Jaime Cortesão, em favor da primeira tese informa que foi sobre a lição das cartas de marear que se

buscaram de novo os arquipélagos da Madeira e dos Açores, se procurou alcançar a Antilha ou Ilha das Sete Cidades e se projectou a colonização de Lovo e Caprária. Em 1448, chegados os navegantes portugueses à altura em que as cartas figuravam aquelas ilhas, era também o momento azado para se lançarem para o ocidente e buscá-las ¹²³.

Convém consignar o interesse pelo estreitamento de relações com a Dinamarca, donde, ao tempo ligada à Noruega, partiam expedições para a Irlanda e a Gronelândia. Ali, como está averiguado, havia populações cristãs no século XV ¹²⁴. Os próprios comerciantes alemães, da Hansa, comerciavam por intermédio da Noruega com a Islândia e a Gronelândia.

7. A viagem do Infante D. Pedro pela Europa

Convém referir a acção do Infante D. Pedro, que não pouco contribuiu para o êxito da expansão portuguesa no Atlântico.

Quando este regressou da empresa de Ceuta projectou uma longa viagem, para obter informes do mundo conhecido, que só veio a realizar em 1431. Há notícia de que nesse ano visitou a Hungria, onde então estava o Imperador Segismundo, em luta contra os Turcos e contra os Hussitas. Aí travou relações pessoais com o primo, Erik, Duque de Pomerânia e Rei da Dinamarca. Esta referência é importante, pois propiciou frutuosa contactos entre países devotados às explorações atlânticas. Esteve na Alemanha e na Dinamarca, segundo autores dignos de crédito, e aproveitou as deslocações para se documentar com os elementos que melhor

podiam servir à sua missão específica: procurar notícias sobre as terras misteriosas de além-mar, tão mal conhecidas no Ocidente.

Desde a união das três coroas, da Suécia, da Noruega e da Dinamarca, na cabeça da rainha Margarida, a quem Erik I sucedera em 1397, eleito pelas Cortes de Colmar, os povos escandinavos, unificados, pretendiam constituir no Norte da Europa um poderoso império paralelo ao velho império romano-germânico do centro e sul da Europa. Na ocasião da visita de D. Pedro, Erik disfrutava de um poder considerável.

Teve conhecimento de trabalhos em que se descrevia a Gronelândia e os países escandinavos, e desde a primeira metade do século XV se supunha que a Gronelândia estava ligada à Europa ¹²⁵.

Ficou de posse de importantes obras referentes aos meios mais fáceis para se atingir o Oriente, por via marítima.

Se havia dois caminhos possíveis para a Ásia — contorno da costa africana, sugerido por Lull e Marino Sanuto, e o do ocidente, preconizado por Pedro de Ailly, Mandeville, Toscanelli e Claudius Clavus —, por que não tentariam conjuntamente portugueses e dinamarqueses, cujas casas reinantes se encontravam tão unidas por laços familiares, o empreendimento das viagens atlânticas? Essa foi a ideia dos dois primos, e de aí a troca de navegadores dinamarqueses e portugueses chamados a colaborar intimamente.

Da Dinamarca passou D. Pedro à Inglaterra, onde o encontramos no reinado de Henrique VI (1422-1461), investido na Ordem da Jarreteira, e ali novas achegas procurou para consolidar conhecimentos sobre navegações no Atlântico.

No fim de Dezembro o Infante embarcou de Dover para Ostende. Foi visitar a Flandres e encontrar-se com o Duque de Borgonha, Filipe-o-Bom, acaso para tratar do casamento da infanta D. Isabel que efectivamente pouco depois se realizaria.

Depois de desembarcar seguiu para Udenburgo, onde pernitoitou, segundo o uso do tempo, na abadia do lugar. O Senado de Bruges mandou-lhe um enviado especial e preparou-lhe uma recepção festiva. Depois da Páscoa esteve em Gand, onde o esperava o Duque de Borgonha.

Da Flandres seguiu para Veneza, passando antes por Paris. Foi recebido em Veneza como hóspede real, numa altura em que esta cidade estava na culminância do seu poderio. Aí lhe foi oferecido o livro de Marco Polo, que trouxe para o Reino.

No mapa-mundo oferecido a D. Pedro estava inscrito todo o âmbito da terra. Ao estreito de Magalhães chamava-se «cola do Dragão» e ao Cabo da Boa Esperança, fronteira de África. Deste padrão «se ajudara D. Henrique em seu descobrimento», segundo António Galvão ¹²⁶. Este mesmo probo historiador refere uma viagem, de 1446, à América, provocada por uma tempestade, e donde viera ouro: «Sabendo isto, o infante D. Pedro que ainda governava, diz que o mandou escrever na Casa do Tombo. E alguns querem que estas terras e ilhas que os portugueses tocaram sejam aquelas que agora se chamam as Antilhas e Nova Espanha, e *alegam muitas razões para isso*, em que não falo por não tornar isto à minha conta» ¹²⁷.

8. *A prioridade do descobrimento da América*

Segundo se lê em António Galvão ¹²⁸, «Francisco de Sousa Tavares me disse que no ano de 1528 o infante D. Fernando lhe mostrara um mapa que se achava no cartório de Alcobaça, que havia mais de 120 anos que era feito, o qual tinha toda (a) navegação da Índia com o Cabo da Boa Esperança, como as (navegações) de agora; se isto é assim, já em tempo era descoberto tanto como agora ou mais». Admite-se hoje sem dificuldade que no início do século XV em Portugal existiam cartas que contribuíram para que deixasse o carácter de sonho o desígnio dos filhos de D. João I, quanto à expansão. Como esta não se limitava às terras de África, como se pode demonstrar, mas às ilhas que povoavam o Atlântico ocidental, toda a curiosidade dos marinheiros e todo o entusiasmo dos técnicos que o queriam conhecer e as suas ilhas era apoiado pelos infantes e monarcas. Que espanta, pois, o conhecimento português de terras além-Atlânticas em meados do século XV ¹²⁹.

Sofus Larsen sustentou que a América do Norte teria sido descoberta em 1472-73 por dinamarqueses e portugueses. Claudius Clavus, a pedido do rei Eric da Dinamarca, descreve os países árticos e dá notícias da Gronelândia e afirma a possibilidade de se passar da Noruega à China directamente, por via marítima. Esta obra foi conhecida em Portugal, trazida por Valarte, em 1448. Também então veio ao nosso país Lolland, que regressou à Dinamarca em 1461. Ainda segundo Larsen, os expedicionários portugueses Martins Homem e Corte Real, estiveram na Islândia e Gronelândia, observaram a natureza das ilhas, a vida dos seus habitantes e o comércio com a liga hanseática e Inglaterra, e, em 1524, o

arcebispo Olaus Magnus, que se exilara na Itália, extrairá preciosos ensinamentos do relatório elaborado pelos descobridores portugueses.

Confirma esta afirmação a carta de Grip, burgomestre de Kiel, para Cristiano III da Dinamarca, onde se lê que houve uma viagem realizada no tempo de Cristiano I e de D. Afonso V, a pedido deste, no Atlântico Norte, para se tentar encontrar o caminho do Oriente. Nela tomaram parte Didik Pimmy e Poythorst e João Vaz Corte Real e Martins Homem. Deste modo, e na rota dos vikings, é de admitir o descobrimento do continente norte-americano ¹³⁰.

Jaime Cortesão, ao analisar o processo que Diogo de Colombo intentou contra a Coroa castelhana, conjugou o que escreveu Fernando Colombo e os depoimentos de três testemunhas, para atribuir aos navegadores portugueses uma exploração que teria abordado a terra americana antes de Colombo. Cortesão estudou a viagem de Diogo de Teive, realizada em 1452, aos bancos da Terra Nova, na companhia de Pedro Vasques de la Frontera. Duarte Leite, escreveu: «... de aceitar que a viagem de Pedro Vasques fosse feita na direcção da terra mais tarde descoberta por Colombo, a única a que se referem este piloto e as testemunhas foi posterior à de Teive, narrada por F. Colombo, e o infante que a ordenou bem pode ser D. Fernando, que promoveu exploração no Atlântico pelo sudoeste, numa das quais seria atingido o mar dos Sargaços, já conhecido dos Portugueses» ¹³¹.

Anote-se, que em 1451, numa primeira viagem, Diogo de Teive partindo do Faial, percorrerá 150 léguas, em busca da ilha autêntica de Sete Cidades. Nada tendo encontrado por essa paragens descobriu, no regresso,

numa larga volta pelo mar, que o levou perto do cabo Clear, na Irlanda, a ilha das Flores e o ilhéu do Corvo. Numa segunda viagem entrou no «Mar da Baga» e teria encontrado a ocidente a «Ilha das Sete Cidades», uma das Antilhas. Nesta viagem era acompanhado por Pedro Vasques de la Frontera, que deveria ser um dos informadores de Colombo. Nesta larga viagem alcançara-se, talvez em 1452, pela primeira vez terras da América Central ou do Norte.

Silva de Azevedo, no seu trabalho *Américas, um Corolário de Sagres*, lembrou, bem, que os moradores do Haiti disseram aos companheiros de Colombo que outros brancos, não muito antes, ali tinham aportado em *navios semelhantes*¹³².

Colombo, ao preparar a sua terceira viagem à América é explícito e diz querer navegar para sudoeste, para verificar a correcção das afirmações de D. João II, relativas à existência de um continente sul-ocidental, o que aliás o rei de Portugal tinha feito saber aos Reis Católicos pela boca dos embaixadores Rui de Sande e Pero Dias, em 1493.

«Porém sabemos na voz comum mais cousas passadas e descobertas no tempo deste rei (D. Afonso V) do que temos escrito: assim como ilha que ainda hoje por nós não é sabida e foi achada no ano de quatrocentos trinta e oito anos. E por não parecer estranho o que digo, trarei um testemunho em que entram muitas testemunhas desta verdade.

Travessando o ano de quinhentos e vinte e cinco uma armada de Castela da costa da Guiné para a costa do Brasil, a qual ia para as nossas ilhas de Maluco, de que era capitão-mor frei Garcia de Loaisa, comendador da Ordem de S. João, da qual viagem nós houvemos um

roteiro: conta o autor dele umas razões que nesta paragem houveram um D. Rodrigo da Cunha, fidalgo andaluz, capitão da nau Santiago daquela armada, e Santiago Guevara, biscainho, capitão de uma patacha chamada também Santiago. Isto sobre competência de quem levava ante o capitão-mor um navio português e que ambos arribaram, o qual vinha da Ilha de S. Tomé carregado de negros e açúcares. E de palavras vieram estes capitães às bombardas, e contudo a caravela foi levada ante o capitão-mor. O qual teve prática com o piloto para o levar consigo, mas deixou de o fazer por estar o navio em paragem que carregava sobre ele a morte de tantas almas como nele vinham, por lhe não ficar pessoa que as soubesse navegar para este reino. Na qual determinação o trouxe um dia consigo em perguntas das cousas do mar, até que o despediu sem lhe fazer dano algum.

O qual piloto (segundo conta o autor do roteiro) soubera como os portugueses estavam em Maluco, onde tinham feito uma fortaleza. E que segundo eles sua viagem, sendo dois graus da parte do Sul, acharam uma ilha despovoada de gente, chamada S. Mateus, em que havia duas aguadas, uma muito boa e outra não tal. E em duas árvores estava escrito que havia oitenta e sete anos que nela estiveram portugueses. E tinha maneira de ser já aproveitada por haver nela muita fruta, especialmente laranjas doces, palmeiras e galinhas, como as destas partes de Espanha, de que mataram muitas à besta, que andavam por cima do arvoredado. Conta mais outras cousas que acharam nela, de que somente tomei estas por destemunho do que acima dissemos: terem os nossos mais terras descobertas naquele tempo do que achamos na escritura de Gomes Eanes de Zurarã»¹³³.

Este importante trecho de João de Barros claramente nos informa que em 1438 haviam estado numa ilha, no Atlântico ocidental, denominada S. Mateus, navegadores portugueses. Duarte Leite identificou esta ilha com a de Fernando de Noronha, mas nada impede que, dadas as dificuldades de localização em longitude e latitude das ilhas descobertas, se admita uma confusão entre a ilha de Fernando de Noronha e a Trindade.

Segundo Fernando Colombo e Las Casas, António Leme, morador na ilha da Madeira, navegando pelo Atlântico, muito para oeste, avistara três ilhas, provavelmente as Antilhas. Esta viagem foi anterior a 1484.

Em Las Casas encontramos referências a uma viagem de piloto-anónimo no Atlântico Ocidental: ¹³⁴

«... como tudo isto quero escrever aquilo que *comumente* naqueles tempos se dizia e cria e o que eu então alcancei, como estivesse presente nestas terras, de então até agora. Era comum então, a todos os que viriam na Ilha Hispaniola, não somente aos que na primeira viagem com o próprio Almirante vieram a povoar, entre os quais houve alguns que a ajudaram a descobrir, mas também os que há poucos dias viemos, praticar-se e dizer-se que a causa pelo qual o dito Almirante se moveu a querer vir descobrir estas Índias se moveu por esta via: Diz-se que uma caravela ou navio que havia saído de um porto de Espanha (não me recordo de ouvir dizer qual porto fosse mas creio que foi de Portugal) e que ia carregado de mercadorias para Flandres ou para a Inglaterra, ou para tratos que naqueles tempos se tinham, a qual correndo terrível tormenta e arrebatada da violência ímpeto dela, veio, diz que a parar a estas ilhas e que esta foi a primeira

que descobriu. E há alguns argumentos para demonstrar que isto aconteceu assim: um é que os primeiros vieram, era costume, que derivaria de algum ou alguns que o suspeitassem ou ouvissem da própria boca do Almirante, ou tudo ou parte ou por alguma palavra que se lhe ouvira; e segundo é que os índios tinham relação de ter chegado à Hispaniola outros homens brancos e barbados, antes de nós mas não muitos anos...»

9. *As doações de D. Afonso V*

A 19 de Fevereiro de 1462 D. Afonso V doou a João Vogado duas ilhas «novamente achadas», com a condição dele as mandar povoar, pois não o eram, «... segundo a carta de marear, são chamadas uma ilha do Lovo a outra Caprária...»¹³⁵

Mas em 29 de Outubro de 1462 o soberano doou a D. Fernando¹³⁶, herdeiro de D. Henrique, uma ilha que ele mandara descobrir por um Gonçalo Fernandes, mercador de Tavira, no regresso das pescarias do Rio do Ouro, «sendo no pego a oés-noroeste das ilhas da Madeira». Pelo documento depreende-se que D. Fernando ia mandar de novo descobri-la.

Vicente Dias, de Tavira, ao regressar da Guiné à ilha Terceira, já passada a Madeira, *que deixara a nascente*, avistou também uma ilha.

D. Afonso V, pela lei geral de 31 de Agosto de 1473¹³⁷ proibiu sob pesadas penas, que ninguém fosse às partes da Guiné sem licença e autoridade nossa «utilizando a expressão *partes da Guiné* em sentido amplo».

Note-se que muitos anos depois, Duarte Pacheco Pereira, ao referir-se ao Brasil, usou a expressão: «há nesta parte oriental dáquem do oceano da Guiné...»

Gaspar Gonçalves Machado, natural da Terceira, empreendeu, por sugestão de Martinho da Boémia, por essa altura em Portugal, uma viagem de exploração a uma ilha a norte ou noroeste dos Açores, em data compreendida entre 1486 e 1490, ilha que foi descoberta mas que depois não se conseguiu voltar a abordar, o que se explica se atendermos à precariedade dos meios da avaliação das longitudes no mar ¹³⁸.

Importa referir as duas cartas régias de concessão a Fernão Teles. A primeira, de 10 de Janeiro de 1475, diz que «indo ele (Fernão Teles) ou mandando seus navios ou homens nas partes do mar oceano ou alguém que por seu mandado a isso vá lhe fazemos mercê e pura e irrevogável doação para todo o sempre das ilhas que achasse ou das que por seu mandado as fosse *novamente* buscar e escolher para mandar povoar *não sendo porém as tais ilhas das partes da Guiné*».

Já em Zamora, em Novembro do mesmo ano, o rei ampliou a concessão, estendendo-a a ilhas povoadas: «poderia ser que em ele as assim mandando buscar, seus navios ou gente acharia as Sete Cidades ou algumas outras ilhas povoadas...», concedendo o monopólio do comércio delas nos mesmos termos que tinha outorgado o da Guiné.

Se não se encontrou até agora documento comprovando que a expedição de Fernão Teles se realizou, ou a elas ninguém foi enviado, Diogo Gomes, no entanto, em 1482, afirmou que sabia serem povoadas as terras além-Atlântico «até além do prumo do polo», conhecimento que resultaria de expedições portuguesas.

A este propósito afirmou Jaime Cortesão: «... Pensamos que a expedição (de Fernão Teles) ganha novo sentido...»¹³⁹

10. *Conclusões*

Concluir-se-á, tendo em atenção os seguintes aspectos fundamentais, que os infantes portugueses e, particularmente, neste caso D. João, a partir de 1471, imprimem uma extraordinária actividade às explorações no Atlântico; que os concessões a Fernão Teles, já senhor das ilhas das Flores e do Corvo, por as ter adquirido ao herdeiro de Diogo de Teive, se fundamentam precisamente no facto de que as terras além-Atlântico já haviam sido visitadas por Diogo de Teive. A este respeito escreveu Cortesão: «A expedição de Teive, as cartas de doação a Teles, e as viagens aos mares do norte a procurar ilhas e terras continentais, explicam-se e completam-se mutuamente. A expedição de Teive supõe uma continuidade, afirmada aliás pelas notas de Colombo... Sabido que no mapa de Cantino (1502) a Groenlândia se chama a ponta da Ásia, e que os descobridores da Terra dos Bacalhaus supunham que esta era parte da Tartária que dava volta pelo ocidente. Assim se explicaria melhor que o infante D. Henrique, ou quando menos o príncipe D. João, quisesse averiguar se por aquele caminho se poderia alcançar a Índia. Dois resultados teve por certo a empresa: a confirmação da existência de terras naquelas partes e a convicção das dificuldades extremas que os gelos opunham a prosseguir uma viagem pelo norte.»¹⁴⁰

A João Fernandes de Andrade (ou do Arco) madeirense, D. João II, em 30 de Junho de 1484, prometeu a capitania de uma ilha que se propunha descobrir e que seria concedida depois de achada. O documento régio fala em terra a ocidente *contra a Guiné*, o que significa na linguagem do tempo, fronteira à Guiné, e que, portanto, outra não pode ser senão o Brasil.

Há também uma concessão, de 4 de Agosto de 1486, e autorização a Fernão Dulmo, capitão da ilha Terceira, para partir para a «Ilha das Sete Cidades», pois «Querida dar achada uma grande ilha ou ilhas, ou terra firme por costa, que se presume ser a «Ilha das Sete Cidades». E em 2 de Julho e 3 de Agosto do mesmo ano eram firmadas as cartas de confirmação de Fernão Dulmo e João Afonso do Estreito, pelas quais este recebia metade dos direitos na concessão. O próprio Bartolomeu de las Casas se refere a esta doação régia a Dulmo. Não se esqueça, porém que João Afonso do Estreito, na campanha de António Leme, teria explorado três ilhas no Atlântico Ocidental, que verosimilmente fariam parte do arquipélago das Antilhas. Estes importantes documentos referem-se não a terras consideradas como hipotéticas, mas a terras já avistadas, pelo menos, por navegadores portugueses ¹⁴¹. E anote-se que nesta data já se encontrava, em Portugal, Cristóvão Colombo, desejoso de tomar parte nos lucros que antevia poder tirar, pois tratava-se de um homem principalmente dedicado aos negócios.

«... entre 1475 e 1486 o conhecimento de terras ocidentais progredia. Em 1486 não se procura, com efeito, como em 1475, achar a tradicionalmente citada Ilha das Sete Cidades, mas sim reencontrar certas terras que se presume sejam a ilha das Sete Cidades... Que

terras seriam essas? Provavelmente alguma das da América boreal, como parece inculcá-lo o facto de rigorosamente se determinar que partiria da Terceira a expedição destinada a buscá-la.»¹⁴²

Nos cronistas espanhóis há a tradição da viagem de um «piloto anónimo» e de um Afonso Sanchez, arrastados para as Antilhas por tempestades. Curiosamente as suas viagens acabam na ilha da Madeira. O piloto-anónimo é relacionado por Las Casas com a narrativa dos naturais de Cuba de que *tinham chegado àquela ilha outros homens brancos e barbados, não muitos anos antes*¹⁴³.

Não só a tradição cartográfica, não só a lenda, não só o conhecimento recolhido pelo contacto com irlandeses e escandinavos, não só a visão de alguns marinheiros das ilhas fantásticas, estão na origem das doações régias de D. Afonso V. Fica-se com a convicção de que foram visitadas terras além-Atlântico muitos anos antes da primeira viagem de Cristóvão Colombo.

NOTAS

¹ Gimenez Soler (André) — *La Edad Média en la Corona de Aragon*, 158.

² *Monumenta Henricina* — Vol. I (1411-1421), 336.

³ *Monumenta Henricina* — Vol. II (1411-1421), 6.

⁴ A rivalidade franco-aragonesa influiu na situação cismática e nas negociações para lhe pôr termo. O Cisma datava dos tempos de Bonifácio VIII e Filipe o Formoso, portanto do século XIV, desde que a França quisera unir os poderes político e espiritual e alargar a sua influência no mundo católico. A França conseguiu que Clemente V estabelecesse em Avinhão a sede do seu pontificado. Em Roma reintegra-se Gregório XI. Com a sua morte, o Conclave elegeu o despótico Urbano VI, o que levou alguns cardeais, e entre eles D. Pedro de Luna, cardeal aragonês, a propor a reunião de um Conclave que depôs o Papa e elegeu o francês Clemente VII. Este fixou-se em Avinhão. A Cristandade dividiu-se em duas parcialidades em que Aragão, Castela e a França sustentariam Clemente VII. Quando este morreu os aragoneses alcançam a nomeação de um compatriota: Bento XIII. A França veio a exigir a sua abdicação e o papa fugiu refugiando-se em Peníscola. Dos conflitos que se seguiram, resultou a reunião de Concílio, em Pisa, de 25 de Março a 7 de Agosto de 1409, que elegeu um novo pontífice, Alexandre V. Esta solução deveu-se

principalmente ao imperador Segismundo, rei dos Romanos e da Hungria.

João XXIII, que Portugal reconhecera, mas com quem se não queria comprometer definitivamente, fora obrigado a abandonar Roma e a procurar refúgio junto do imperador Segismundo. Foi este o papa que convocou o I Concílio de Constança, de 1414. A paz voltou, finalmente, ao mundo católico quando pelo Conclave de 8 de Novembro de 1417 foi eleito papa Ottom Colonna, com o nome de Martinho V. Segismundo viria a receber a «Rosa de Ouro».

⁵ *Monumenta Henricina* — Vol. II (1411-1421), 6.

⁶ O papel dos franciscanos na expansão portuguesa está longe de um amplo esclarecimento, que se torna, no entanto, imprescindível, ao tratar-se do problema. Não se pode esquecer que no século XIV, sob a protecção do Grão Mogol, o franciscano Giovanni da Montecorvino era arcebispo de Pequim e franciscanos na China exerciam livremente a sua acção missionária. Clemente VI enviou o seu legado, Giovanni de Marignolli, à China; e no norte de África havia comerciantes e franciscanos europeus instalados desde Mazagão até Tripoli.

⁷ *Monumenta Henricina* — Vol. II (1411-1421), 8.

⁸ A intervenção da burguesia na expansão comercial parece ter sido muito importante, até porque foi um burguês, João Afonso, vedor da Fazenda, um dos instigadores, por pressão da sua classe, do plano de conquista do norte de África e de expansão comercial no Mediterrâneo, como se depreende da crónica de D. João I, de Fernão Lopes.

⁹ Os Merínidas constituíam uma tribo zenâta de nómadas saarianos, que, depois de desferir o último golpe nos Almoádas fundou um reino que durou até 1465. No fim do século XIII ocupavam o vale do Muluia e desceram do Marrocos setentrional até Marraquexe (1269/70). Tentaram defender os restos do poderio muçulmano em Espanha e fundar um reino magrebino, mas foram derrotados, em 1340, nas margens do Salado. Os seus soberanos chegaram a intitular-se campeões do Islão, mas não *Califas*. Depois de um período de relativo esplendor foram vencidos por uma coligação de beduínos,

perto de Cairuão (1348). Incapazes de reagir, por força de perturbações dinásticas, caíram, finalmente, sob a tutela do ramo dos Beni Wattâs. Com a continuação vitoriosa da invasão cristã, os wattâsidas caíram, vindo a tomar conta do poder os Chérifs. O Magreb estava, pois, em decomposição no início do século XV, o que foi favorável, de certo modo, à reconquista cristã.

¹⁰ Lê-se no *Itinerário* de Usodimare: «O Imperador e Patriarca cristão da Núbia e Etiópia, Prestes João, chama-se Abet Selip, que significa “Cem homens...” Estas regiões são as que ficaram ao Prestes João depois que o Grão-Cão do Catai, de nome Castigan, lhe deu batalha em 1187 na bela planície de Tenduch no Catai. Esmagado pela inúmera multidão dos adversários, o Prestes João perdeu todos os territórios que possuía na Ásia. Conservou somente as províncias da Etiópia e da Núbia, em que abunda o ouro e a prata...» Vd. Godinho (Vitorino Magalhães) —*Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, Vol. III, 102.

¹¹ Id. id., 102.

¹² Publicado por Silva Marques in *Descobrimientos Portugueses*, Vol. I, 378.

¹³ Bula de Martinho V, datada de 4 de Abril de 1419. Publicada in *Monumenta Henricina*, Vol. II (1411-1421), 314.

¹⁴ Bula de Martinho V, datada de 25 de Maio de 1420, publicada in *Monumenta Henricina*, Vol. II (1411-1421), 368.

¹⁵ Há uma carta de D. João II de Castela, aprovada pelo rei de Portugal, com aditamentos ao tratado de paz com Portugal que, pela sua importância, merece ser transcrita:

« ...

Primeiro, que os navios, assim de Castela como de Portugal, posto que certamente levem mercadorias de inimigos, não sejam buscados, os de Castela pelos portugueses nem os de Portugal pelos de Castela. E, como ao bordo do navio aparecerem todos de Castela, que logo aquele navio não seja mais buscado, posto que algumas mercadorias levassem de inimigos de Portugal. Isso mesmo

se fizesse aos navios de Portugal, posto que levassem mercadorias dos inimigos; e o segundo se o navio fosse filhado em porto de terra de seus inimigos, assim como aos de Portugal em porto de Inglaterra, filhando nos navios de Castela algumas mercadorias ou coisas de ingleses que os possam tomar. E isso mesmo os navios de Portugal possam buscar navios de Castela, estando no porto de seus inimigos, e tomar deles qualquer coisa que aí for achada que de inimigos seja.

E o segundo é que se alguns navios forem armados em Castela ou em Portugal que, naquele lugar ou lugares em que armados fossem, as justiças e oficiais deles sejam tidos de tomar segurança dos que assim forem armados que não façam nojo nem dano a seus amigos com quem têm paz; mas, porquanto seria uma coisa incerta a quantia de que se tomassem as ditas fianças, porque não se sabe o dano que depois se podia fazer e seria ocasião que nenhum pudesse armar contra os inimigos, por não haver fianças gerais e incertas, que se dêem fianças de certa quantia, desta maneira.

O terceiro é que, porquanto os navios da armada de Castela, assim da Biscaia como de outras partes, se vêm lançar cerca dos portos e aluas e quebradas de Portugal e ali tomam e roubam os navios dos ingleses e de outros que vêm com as suas mercadorias, seguros marchantes, e os de Portugal fazem semelhantes aos de Castela; que isto não se faça daqui em diante e cada um dos ditos reis dê cartas para que nenhuns dos seus naturais não façam semelhante no outro reino. E para deixar toda a dúvida, que isto se entenda desta maneira: que dos lugares donde nesse reino estejam ancorados navios até uma légua, não possam ser tomados por naturais ou súbditos do outro reino em todos os portos e aluas e quebradas e ancorações de cada um dos ditos reinos e senhorios.

¹⁶ Silva Marques (João Martins da) — *Descobrimientos Portugueses*, Vol. I, 365.

¹⁷ Id., 378.

¹⁸ É a conclusão a que chega Gregório Marañon, in *Ensayo Biológico sobre Enrique IV de Castilla y su tiempo*, ed. Espasa-Calpe, S. A.

¹⁹ Assim chamada pelos inimigos de Henrique IV. O pai teria sido D. Beltran de la Cueva.

²⁰ A política de Henrique IV está na linha da de Álvaro de Luna, de defesa contra as intrusões dos Aragoneses. Desde o começo de aquilo a que poderíamos chamar a guerra pelo trono de Castela os dois partidos constituídos visavam, um, ao reforço da autoridade monárquica, outro, ao da oligarquia.

A candidatura de D. Isabel foi suscitada por D. João Pacheco e o arcebispo de Toledo, partidários da oligarquia. Os Mendoza e os Velasco, apoiavam a candidatura de D. Joana. Porém, posteriormente, verifica-se uma mudança total de posições, pois D. Isabel não se dispôs a deixar-se manobrar por D. João Pacheco, e este, apoiado na letra do pacto de Guisando, que poderia ser invalidado por desobediência da princesa, provoca a entrevista de Villarejo, de 1468, com os dois Mendoza, marquês de Santillana e bispo de Sigüenza e o conde de Haro, na qual se chegou ao seguinte acordo: D. Isabel casaria com D. Afonso V e D. Joana com o futuro D. João II, de Portugal. Se do primeiro casamento não houvesse filhos, o herdeiro de D. Joana e de D. João seria Rei de Castela.

²¹ *Crónica de Henrique IV*, tomo II, 205-7.

²² D. Fernando, irmão de D. Afonso V, mostrara desejos de que o príncipe D. João casasse com D. Leonor, sua filha, casamento que se efectuaria em 1471, em Setúbal.

²³ Suarez Fernandez (Luís) — *Política Internacional de Isabel la Católica*, Tomo I (1468-1481), 46.

²⁴ A. de la Torre — *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, Vol. I, 58.

²⁵ Suarez Fernandez (Luís) — *Política Internacional de Isabel la Católica*, Tomo I (1468-1481), 53.

²⁶ Tharn (J.), Lockyer (R.) e Smith (D.) — *Histoire de l'Angleterre de la Conquête Romaine à la République de Cromwell*, Cap. XXXI.

²⁷ Suarez Fernandez (Luis) — *Política Internacional de Isabel la Católica*, Tomo I (1468-1481), 70.

²⁸ Segundo Sitges, quando falecera Henrique IV, D. Isabel manifestou ao embaixador de Portugal, Pedro de Sousa, desejos de paz com Portugal e de entabular, para tal fim, negociações, citado por Luís Fernandez Suarez, in *Política Internacional de Isabel la Católica*, Tomo I (1468-1481), 93.

²⁹ Id., 85.

³⁰ Id., id., 86 e segts.

³¹ Palência (Alonso) — *Crónica de Enrique IV*, ed. Paz, Tomo III, pp. 358-61.

³² Suarez Fernandez (Luis) — *Política Internacional de Isabel la Católica*, Tomo I (1468-1481), p. 107, Doc.: «De facto os diplomatas portugueses haviam conseguido, em Setembro de 1475, a assinatura de dois tratados. O primeiro, em Senlis, do dia 8, constituía uma partilha da coroa de Aragão: Luis XI e D. Afonso V comprometiam-se a fazer a guerra juntamente a Fernando e João II; todas as praças de Aragão e Valência seriam de conquista castelhana, quer dizer, de D. Afonso, que por sua vez reconhecia os direitos franceses à posse da Catalunha. O segundo, de 23 de Setembro, era a renovação das tradicionais alianças entre Castela e a França».

³³ Suarez Fernandez (Luis) — *Política Internacional...*, Tomo I (1468-1481), p. 103.

³⁴ Suarez Fernandez (Luis) — *Política Internacional...*, Tomo I (1468-1481), pp. 178-9.

³⁵ Torre (A. de la) — *Documentos Referentes a las Relaciones con Portugal durante el Reinado de los Reyes Católicos*, Vol. I, pp. 92-5.

³⁶ Torre (A. de la) — *Documentos...*, Vol. I, p. 106.

³⁷ Perez Embid (Florentino) — *Los Descubrimientos en el Atlántico hasta el Tratado de Tordesilhas*, p. 201.

³⁸ Torre (A. de la) — *Documentos...*, Vol. I, pp. 120-1 e 127.

³⁹ Perez Embid (Florentino) — *Los Descubrimientos...*, pp. 196 e segts.

⁴⁰ Torre (A. de la) — *Documentos...*, Vol. I, p. 125.

⁴¹ Suarez Fernandez (Luis) — *Política Internacional...*, Tomo I, (1468-1481), p. 179.

⁴² Pulgar, na «Crónica dos Reis Católicos», Cap. LXXXI, pp. 278-9, transcritos por Perez Embid, in *Los descubrimientos en el Atlántico*.

⁴³ Diz o ilustre investigador espanhol, a propósito das relações castelhanas com a Guiné no decurso da guerra em Portugal: «... reivindicação — frente às pretensões portuguesas de exclusividade — da prioridade de Castela, opondo à portuguesa a pretensão do seu próprio direito exclusivo. Logo, o estabelecimento de um controle real para as expedições dos particulares. Mais tarde, percepção normal do imposto dos quintos reais. Imediatamente depois, a protecção aos mercadores e navegantes da rota da Guiné, frente aos desaforos de poderosos convizinhos. Agora, nos primeiros meses de 1479, implanta-se uma nova medida de segurança, chamada a fazer extraordinária fortuna na navegação das Índias: o sistema de comboio, como procedimento de protecção aos barcos mercantes».

⁴⁴ Torre (A. de la) — *Documentos...*, Vol. I, pp. 9-10.

⁴⁵ Suarez Fernandez (Luis) — *Política Internacional...*, Tomo I (1468-1481), p. 193.

⁴⁶ Torre (A. de la) — *Documentos...*, Vol. I, pp. 179 e segts.

⁴⁷ Id., p. 184.

⁴⁸ Torre (A. de la) — *Documentos...*, Vol. I, p. 203.

⁴⁹ Id., id., Vol. I, p. 203.

⁵⁰ Torre (A. de la) — *Documentos...*, Vol. I. p. 209.

⁵¹ Id., id., Vol. I, p. 212.

⁵² Id., id., Vol. I, p. 227.

⁵³ Torre (A. de la) — *Documentos...*, Vol. I, pp. 245 e segts. Pazes perpétuas entre Portugal e Castela concertadas pelo Dr. Rodrigo Maldonado e o barão do Alvito, pela parte portuguesa. Inclui os poderes dados pelos Reis Católicos, de 2-VI-1479, de D. Afonso V e do príncipe D. João, de 19-VIII-1479, e as pazes de Almeirim, de 27-I-1479. Confirmadas por D. Isabel em Trujillo, em 27-IX-1479.

⁵⁴ Esta bula vem publicada, in *Alguns Documentos...*, pp. 45-6.

⁵⁵ Suarez Fernandez (Luis) — *Política Internacional...*, Tomo I (1468-1481), p. 162.

- ⁵⁶ Suarez Fernandez (Luis) — *Política Internacional...*, Tomo I, pp. 163-4.
- ⁵⁷ Id., pp. 163-4.
- ⁵⁸ *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Cap. III, p. 231.
- ⁵⁹ *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Cap. III, p. 233.
- ⁶⁰ Fontoura da Costa, *A Marinharia dos Descobrimentos*, p. 26.
- ⁶¹ Fontoura da Costa, *A Marinharia dos Descobrimentos*, p. 38.
- ⁶² Id., p. 26.
- ⁶³ Id., p. 26.
- ⁶⁴ Fontoura da Costa, *A Marinharia dos Descobrimentos*, p. 120. Publica as leituras de António Baião e de Luciano Pereira da Silva.
- ⁶⁵ Fontoura da Costa, *A Marinharia dos Descobrimentos*, p. 164.
- ⁶⁶ Id., p. 198.
- ⁶⁷ Fontoura da Costa, *A Marinharia dos Descobrimentos*, pp. 293/4.
- ⁶⁸ Cortesão (Armando), *Cartografia Portuguesa Antiga*, p. 68.
- ⁶⁹ Id., p. 76.
- ⁷⁰ Id., p. 77.
- ⁷¹ Cortesão (Armando), *Cartografia Portuguesa Antiga*, p. 83.
- ⁷² Cortesão (Jaime), *A Expansão dos Portugueses no Período Henriquino*, p. 273.
- ⁷³ Cortesão (Jaime), *A Política de Sigilo nos Descobrimentos*, p. 140.
- ⁷⁴ Cortesão (Jaime), *A Política de Sigilo nos Descobrimentos*, p. 63.
- ⁷⁵ Colón (Cristobal), *Los Quatro Viajes del Almirante y su Testamento*, p. 27.
- ⁷⁶ Cortesão (Armando), *Cartografia Portuguesa Antiga*, p. 72.
- ⁷⁷ Id., p. 76.
- ⁷⁸ Id., p. 77.
- ⁷⁹ Cortesão (Armando), *Cartografia Portuguesa Antiga*, p. 87.
- ⁸⁰ Id., id., p. 46.
- ⁸¹ Leite (Duarte), *História dos Descobrimentos*, Vol. II, p. 14.
- ⁸² Na *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, na p. 23, entre pp. 328 e 329, vem publicada uma fotocópia desta carta.

⁸³ Na *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, na p. 23, entre pp. 328 e 329, vem publicada uma fotocópia desta carta.

⁸⁴ Leite (Duarte), *História dos Descobrimentos*, Vol. II, p. 46.

⁸⁵ Leite (Duarte), *História dos Descobrimentos*, Vol. II, p. 56.

⁸⁶ Leitão (Humberto) e Lopes (Vicente), *Dicionário da Linguagem da Marinha Antiga e Actual*, p. 108.

⁸⁷ Cortesão (Jaime), *A Política de Sigilo nos Descobrimentos*, p. 32.

⁸⁸ *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Cap. IV, p. 44.

⁸⁹ *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Cap. IV, p. 44.

⁹⁰ *Monumenta Henricina*, Volume I, doc. 123, p. 293.

⁹¹ *De prime iuventione Guinee*, p. 187 cuja redacção parece dever-se a Martinho da Boémia é fonte de informação embora mereça certas reservas. Refere uma expedição às Canárias de D. João de Castro.

⁹² *Monumenta Henricina*, Vol. II (1411-1421), p. 247.

⁹³ Silva Marques, *Descobrimentos Portugueses*, p. 420.

⁹⁴ In *Descobrimentos Portugueses*, de Silva Marques, I, pp. 295-346. Aí se encontra o texto latino da bula e a respectiva tradução.

⁹⁵ Perez Embid (Florentino), *Los Descubrimientos en el Atlántico hasta el Tratado de Tordesillas*, p. 139.

⁹⁶ Perez Embid (Florentino), *Los Descubrimientos en el Atlántico*, p. 146.

⁹⁷ Perez Embid (Florentino), *Los Descubrimientos en el Atlántico*, p. 146.

⁹⁸ Id., pp. 145-148.

⁹⁹ *Los Descubrimientos en el Atlántico hasta el Tratado de Tordesillas*, por Perez Embid, p. 146.

¹⁰⁰ *Os Descobrimentos Pré-Colombinos dos Portugueses*, por Jaime Cortesão, p. 158.

¹⁰¹ *Monumenta Missionária Africana, África Ocidental*, (1342-1499), Voz. I, pp. 12-16. Da nota in *Descobrimentos Portugueses*, de João Martins da Silva Marques, Vol. I, doc. 293, transcreve-se um documento que deve ser de 1436, posterior às Cortes de Leiria, reunidas em Agosto do mesmo ano, onde se lêem as razões para El-Rei fazer guerra aos mouros:

- 1.^a — Serviço de Deus;
- 2.^a — Continuar o bom propósito e a vontade de D. João I;
- 3.^a — Manter o bom nome das armas de Portugal;
- 4.^a — Para o bom exercício das armas e tirar-se a nossa gente da vida ociosa que levava, fora de virtudes;
- 5.^a — Porque os principais do reino queriam «hir per algũas partes» e assim pediam licença ao Rei, a quem parecia que melhor seria servirem Portugal;
- 6.^a — O desejo dos vassallos era servirem o seu Rei e exaltarem a Santa Fé;
- 7.^a — Servia-se melhor fazendo-se guerra aos infieis do que entre príncipes cristãos;
- 8.^a — Tentar a gente nova uma actividade proveitosa;
- 9.^a — Ter sempre o exército em condições de defender o reino;
- 10.^a — «Por vermos as partes contrayras muy dispostas para os guerrear por nem averen rey e todos em grandes revoltas e desacordos»;
- 11.^a — Por Deus ter dado mostras ao reino de que tivera prazer em que se houvesse conquistado Ceuta, e, assim, se deveria prosseguir;
- 12.^a — Os principais nobres e os seus confessores haviam animado El-Rei a prosseguir na empresa marroquina.

Nota-se, portanto, a existência de duas correntes, acabando por prevalecer a ideia da expansão atlântica, muito embora até ao reinado de D. Afonso V, esta tenha recebido maior apoio da nobreza.

¹⁰² Sabe-se, agora, que os navegadores portugueses foram os próprios criadores da ciência náutica que empregaram nas suas repetidas expedições dos descobrimentos e explorações marítimas, desde a época do Infante D. Henrique, conforme o testemunho insuspeito do *Regimento do Astrolábio*, do *Esmeraldo*, do *Livro de Marinha*, da *Arte del Marear* de Francisco Faleiro, dos *Roteiros* de D. João de Castro, das obras de Pedro Nunes e de

dezenas de manuscritos da mesma época. Vd. *História de Expansão Portuguesa do Mundo*, p. 234.

¹⁰³ Cortesão (Jaime), *Os Descobrimentos Pré-Colombinos Portugueses*, p. 213.

¹⁰⁴ *História dos Descobrimentos Portugueses*, de Damião Peres, pp. 53-54.

¹⁰⁵ *História dos Descobrimentos Portugueses*, de Damião Peres, p. 54.

¹⁰⁶ Ferreira de Serpa (António), *O Descobrimento do Arquipélago dos Açores*, p. 9.

¹⁰⁷ Idem, p. 9.

¹⁰⁸ Damião Peres, *História dos Descobrimentos Portugueses*, p. 66.

¹⁰⁹ Id., id., p. 68.

¹¹⁰ Cortesão (Armando), *Cartografia Portuguesa Antiga*, pp. 56 a 58.

¹¹¹ *Monumenta Missionária Africana (África Ocidental)*, 1342-1499, p. 407.

¹¹² Damião Peres, in *História dos Descobrimentos Portugueses*, p. 24.

¹¹³ Damião Peres, *História dos Descobrimentos Portugueses*, p. 24.

¹¹⁴ *Memórias para a História de Portugal*, Soares da Silva, pp. 270 e segs.

¹¹⁵ *Los Descubrimientos en el Atlântico hasta el Tratado de Tordesillas*, por F. Perez Embid, p. 156.

¹¹⁶ *Conquista y Colonización de las islas Canárias*, de Torres Campos, e segundo o estemunho de Iñiguez de Atabe na sua informação de 1477. Vd. *Los Descubrimientos en el Atlântico*, de F. P. Embid, p. 158. Sobre a transacção celebrada entre o Infante D. Henrique e micer Maciote, acerca da ilha de Lançarote veja-se, in *Descobrimentos Portugueses*, de Silva Marques, Vol. I, p. 457, o documento 359, em que o Infante se obriga a defender a ilha contra todos os que a queiram atacar ou conquistar.

¹¹⁷ Silva Marques, *Descobrimentos Portugueses*, I, p. 528.

¹¹⁸ Id., id., p. 535.

¹¹⁹ *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Cap. V, p. 287.

¹²⁰ Silva Marques, in *Descobrimentos Portugueses*, Vol. I, p. 518.

¹²¹ Perez Embid (Florentino), *Los Descubrimientos en el Atlántico hasta el Tratado de Tordesillas*, p. 170.

¹²² Leitura de António Ferreira de Serpa, in *O Descobrimento do Arquipélago dos Açores*, p. 9.

¹²³ Cortesão (Jaime), *A Política Portuguesa de Sigilo*, p. 292.

¹²⁴ No final do século XIV havia na Groenlândia ou na própria América do Norte capelães católicos, um dos quais foi o P.^e Nicholas de Lynn, segundo afirmou o erudito P.^e Francisco numa conferência realizada em Madrid.

¹²⁵ Duarte Leite, *História dos Descobrimentos*, Vol. I, p. 324.

¹²⁶ Galvão (António), *Tratado dos Descobrimentos*, p. 223.

¹²⁷ Id., id., pp. 126/7.

¹²⁸ Id., id., p. 323.

¹²⁹ Larsen (Sofus), *Boletim da Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa*, Vol. XV, 1921, p. 214.

¹³⁰ Cortesão (Jaime), *Os Descobrimentos Pré-Colombinos dos Portugueses*, pp. 316/7.

¹³¹ Duarte Leite, *História dos Descobrimentos*, Vol. I, p. 355.

¹³² Lopez Florez (Manuel), *Colón no Descubrió América*, p. 228.

¹³³ João de Barros, in *Ásia*, Década I, livro II, cap. 2.º, p. 146.

¹³⁴ Las Casas (Bartolomeu de), *História de Las Índias*, Tomo I, Cap. XIV, p. 70.

¹³⁵ O infante D. Fernando herdara de seu tio D. Henrique, bens, mestrados e monopólios, com a ressalva, para a Coroa, da Madeira, S. Miguel, Terceira e algumas das ilhas de Cabo Verde. Devem-se-lhe importantes viagens de exploração no Atlântico, em busca de novas ilhas, e são do seu tempo, na opinião da maioria dos investigadores, os primeiros contactos com as terras além-Atlântico. Quando morreu, em 1470, sucedeu-lhe o príncipe D. João.

¹³⁶ Cortesão (Jaime), *Os Descobrimentos Pré-Colombinos dos Portugueses*, p. 284.

¹³⁷ *As Gavetas da Torre do Tombo*, Vol. II, p. 488.

¹³⁸ *Memória sobre a Ilha Terceira*, de A. da Silva Sampaio, p. 474.

¹³⁹ Cortesão (Jaime), *Os Descobrimentos Pré-Colombinos dos Portugueses*, p. 318.

¹⁴⁰ Cortesão (Jaime), *Os Descobrimentos Pré-Colombinos dos Portugueses*, p. 323.

¹⁴¹ Lopes (F. F.), *História da Expansão Portuguesa*, II, p. 343.

¹⁴² Peres (Damião), *História dos Descobrimentos Portugueses*, p. 263.

¹⁴³ *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, II Parte, *O Descobrimento do Novo Mundo*, p. 345.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, J. Capristano de, *O Descobrimento do Brasil pelos Portugueses*, Rio de Janeiro, 1900.
- ALMEIDA, Fortunato de, *História de Portugal*, VI Volume, 1922-9.
- ARBMAN, Holger, *Os Vikings*, 1967.
- AZEVEDO, Lúcio de, *Épocas de Portugal Económico*, Lisboa, 1947.
- AZURARA, Gomes Eanes de, *Crónicas*, Paris, 1934.
- BAIÃO, António, *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, dirigida por Hernâni Cidade e Manuel Múrias, Lisboa, 1937-39.
- BARROS, Henrique da Gama, *História da Administração Pública em Portugal*, Lisboa, 1896-1922.
- BARROS, João de, *Da Ásia de..... e de Diogo Couto*, Nova Edição oferecida a Sua Majestade, a Rainha Fidelíssima, Lisboa, 1778.
- BEAZLEY, Raymond, *Prince Henry the Navigator the Hero of Portugal and the Modern Discovery* (1394-1460), Londres, 1895.
- BENSAÚDE, Joaquim, *L'Astronomie Nautique au Portugal à l'époque des Grandes Découvertes*, Berna, 1912; *Estudos sobre*

- D. João II*, in «Anais da Academia Portuguesa de História», 2.º tomo, Vol. 1946;
- Les Legendes Allemandes sur l'Histoire des Découvertes Maritimes Portugaises*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1927;
- Histoire de la Science Nautique Portugaise*. Collection de documents publiés par ordre du Ministère de l'Instruction Publique de la République Portugaise, Munich 1915;
- Origine du plan des Indes. Etudes sur l'Histoire des Découvertes Maritimes*. Imprensa da Universidade de Coimbra, 1929.
- Lacunes et Surprises de l'Histoire des Découvertes Maritimes*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1930;
- A Cruzada do Infante D. Henrique*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1942.
- BONNER REVERON, Buenaventura, *Las Canárias y los primeros exploradores del Atlántico*, in «Revista de História», La Laguna, n.ºs 57 e 58, 1942;
- La expedición portuguesa a las Canárias en 1341*, in «Revista de História», La Laguna, n.º 62, 1943.
- BOUVIER, Gilies de, *Le Livre de la Description des Pays*, Paris, 1918.
- BRAAMCAMP FREIRE, Anselmo, *Expedições e Armadas nos anos de 1488 e 1489*, Lisboa, 1915.
- BRAZ, Henrique, *Descobertas pré-Colombinas de Terras da América (João Vaz Côrte-Real e Álvaro Martins Homem)*, Angra do Heroísmo, 1944.
- BRAZÃO, Eduardo, *A Descoberta da Terra Nova*, Agência-Geral do Ultramar, Lisboa, 1964;
- Os Cortes Reais e o Novo Mundo*, Agência-Geral do Ultramar, Lisboa, 1965.
- CADAMOSTO, Luis de, *Viagens*, Lisboa, 1944.
- CAMÕES, Luiz de, *Os Lusíadas*, Porto, ed. Emanuel Paulo Ramos, s/d.

- CANTO, Eugénio do, *Allegações feitas contra os Portugueses a favor do Rei de Castela no Concílio de Basileia por D. Afonso de Cartagena, Bispo de Burgos sobre a Conquista das Canárias*, Lisboa, 1912.
- CAMINHA, Pêro Vaz de, *Carta de.....* in *História da Colonização do Brasil*, II Vol., S. Paulo, 1943.
- CAMPOS, Viriato de, *Viagens de Diogo Cão e de Bartolomeu Dias*, Lisboa, 1966.
- CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *Descobrimento e Conquista da Índia*, Coimbra, 1928.
- CORDEIRO, Padre António, *História Insulana*, Lisboa, 1717.
- CORREIA, Gaspar, *Lendas da Índia*, Lisboa, 1885-1886.
- CONDE DE FICALHO, *Viagens de Pêro da Covilhã*, Lisboa, 1898.
- CORTESÃO, Jaime, *A Génese da Expansão Portuguesa*, in *História de Portugal*, de Peres-Cerdeira, Tomo III; *Terra Nova em 145*, in «Arquivo Histórico da Marinha», Lisboa, 1933-36;
Africa Nostra, III, o âmbito da Obra do Infante, «Boletim da Agência-Geral do Ultramar», Lisboa, 1926;
A Viagem de Diogo de Teive e de Pedro Vasques de la Fontera em 1452, in «Arquivo Histórico da Marinha», 1933-1936;
Os Descobrimentos Pré-Colombinos dos Portugueses, ed. da Livraria Portugália, Vol. VIII, Lisboa, s/d.
A Expansão dos Portugueses no Período Henriquino, ed. da Livraria Portugália, Vol. V, Lisboa, s/d.
- COELHO, José Ramos, *Alguns Documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, acerca das Navegações e Conquistas Portuguesas*, Lisboa, 1892.
- COSTA, A. Fontoura da e BAIÃO, António, *Os Sete Únicos Documentos de 1500, conservados em Lisboa, referentes à viagem de Pedro Álvares Cabral*, Lisboa, 1940.

- COSTA, A. Fontoura da, *A Marinharia dos Descobrimentos*, Lisboa, 1960.
- DAMIÃO PERES, *História dos Descobrimentos Portugueses*, Porto, 1943;
História de Portugal, ed. orientada por, Barcelos, Portucalense Editora, 1931 e segs., 8 tomos.
- D'AVEZAC Armand, *Notice sur les Découvertes faites au Moren Âge dans l'Océan Atlantique*, Paris, 1845.
- DOCUMENTOS *Referentes a las Relaciones con Portugal Durante el Período de los Reyes Católicos*, ed. preparada e anotada por António de la Torre e Luiz Suarez Fernandez, Valladolid, 1958.
- ERRERA, Carlo, *Noli, António da (Antonietto Usodimare)*, «Enciclopédia Italiana», XXIV, Milão, 1934;
 Malocelli Lancelotte, «Enciclopédia Italiana», XXII, Milão, 1934.
- FERNANDEZ DURO, Cesário, *Viaje por España, Portugal y Costa de África em el signo XV*, «Boletín de la Academia de Historia», Tomo 32, 1898.
- FIGANIER, Joaquim, *História de Santa Cruz de Cabo Gué*, Agência-Geral do Ultramar, 1945.
- FONSECA, Faustino da, *A Descoberta do Brasil*, Lisboa, 1960.
- FRUTUOSO, Gaspar, *Saudades da Terra*, Funchal, 1873.
- GAGO COUTINHO, *A Náutica dos Descobrimentos*, Agência-Geral do Ultramar, Lisboa, 1951-52.
- GALVÃO, António, *Tratado dos Descobrimentos*, Porto, s/d.
- GAVETAS da Torre do Tombo (As), Volumes editados pelo Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, 1960 e 1967.
- GÓIS, Damião de, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, Coimbra, 1955.
- GREENLEE, W. B., *The Voyage of Pedro Álvares Cabral to Brazil and India*, Londres, 1937.

- GUIMÉNEZ SOLER, Andrés, *La Edad Média en la Corona de Aragón*, Barcelona, 1941.
- LEITE, Humberto e LOPES, Vicente, *Dicionário da Linguagem da Marinha Antiga e Actual*, Lisboa, 1963.
- LEITE, Duarte, *História dos Descobrimentos*, Colectânea de esparsos organizada por V. Magalhães Godinho, Lisboa, 1960;
Os Falsos Precusores de Pedro Álvares Cabral, Lisboa, ed. da Livraria Portugália, Lisboa, 2.^a ed., s/d.;
Roteiro da 1.^a Viagem de Vasco da Gama, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar.
- LIMA, Manuel Baptista de, *Deux voyages portugais de découverte dans l'Atlântique Occidentale*, in «Bulletin des études portugaises» ed. de l'Institut Français au Portugal, Tomo II, Fasc. 1, 1945.
- LUCENA, Vasco Fernandes de, *Oração de Obediência*, in *Às Portas das Índias em 1484*, de Fontoura da Costa, Lisboa, 1936.
- MACHADO, Diogo Barbosa, *Biblioteca Lusitana*, História, Crítica e Cronológica, Lisboa, 1741-1759.
- MAGALHÃES GODINHO, Vitorino, *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, Lisboa, 1945;
Dúvidas e Problemas acerca de algumas teses da Expansão, Lisboa, 1943.
- MAJOR, Richard Henry, *The life of prince Henry of Portugal, surnamed the Navigator*, Londres, 1868.
- MARAÑON, Gregório, *Ensayo biológico sobre Henrique IV de Castilla y su tiempo*, Madrid, 1948.
- MARKAM, Clement, *The letters of Amérigo Vespucci*, Londres, 1894.
- MARTINS, Oliveira, *Portugal nos Mares*, Lisboa, 1954;
Os Filhos de D. João I, Lisboa, 1958;
O Príncipe Perfeito, 1954;

- História de Portugal*, Lisboa, 1964.
- MERÊA, Paulo, *Como se sustentaram os direitos de Portugal sobre as Canárias*, Coimbra, 1923.
- MORRISON, Samuel Eliot, *Portuguese Voyages to America in the XV Century*, Cambridge, 1940.
- MONUMENTA HENRICINA, V Centenário da Morte do Infante D. Henrique», Coimbra, 1960.
- MONUMENTA MISSIONÁRIA AFRICANA, I Vol., 2.º Série, Agência-Geral do Ultramar, Lisboa, 1958.
- NAVARRETE, Fernando Martin, *Coleccion de los viajes y descubrimientos que hicieron por mar los españoles desde los fines del siglo XV*, Madrid, 1825-37.
- OLESON, Thyggvi, *Early Voyages and Northern Approaches*, Toronto, 1963.
- OVEIRO, Andres, *Isabel la Católica*, Madrid, 1951.
- PALENCIA, Alonso de, *Crónica de Enrique IV y Crónica de los Reyes Católicos*, Madrid, 5 Volumes, 1904-1909.
- PARRY, J. H., *Los Descubrimientos Geográficos, 1450-1620*, Madrid, 1964;
Europa y la exploración del Mundo, México, 1962.
- PERAZA DE AYALA, José, *El Derecho de España a las islas Canárias*, «Revista de História», La Laguna, n.ºs 39-40, 1937.
- PEREIRA, Duarte Pacheco, *Esmeraldo de Situ Orbis*, Lisboa, 1905.
- PEREYRA, Carlos, *La Conquista de las rutas Oceánicas*, Madrid, 1933.
- PEREZ EMBID, *Los Descubrimientos en el Atlántico hasta el Tratado de Tordesillas*, Sevilla, 1948.
- PIMENTA, Alfredo, *Subsídios para a História de Portugal* (Texto e Juízos Críticos), Lisboa, 1937.
- PIMPÃO, A. J. da Costa, *A Historiografia Oficial e o Sigilo sobre os Descobrimientos*, 1938.

- PINA, Rui de, *Crónica de El-Rei D. João II*, Coimbra, 1950;
Crónica de El-Rei D. Duarte, Lisboa, 1966.
- PRESTAGE, Edgard, *The Portuguese Pioneers*, Londres, 1933.
- PULGAR, Fernando Del, *Crónica de los Reyes Católicos*, Espasa Calpe, Madrid, 1943.
- RAMOS, Coelho, José, *Alguns Documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo acerca das Navegações e Conquistas Portuguesas*, Lisboa, 1892.
- RAVENSTEIN, E. G., *A Journal of the first voyage of Vasco da Gama*, Londres, 1898.
- REPARAZ, Gonzalo de, *História de los descubrimientos españoles y portugueses*, Barcelona, 1931.
- REIS, Jaime Batalha, *Estudos Geográficos e Históricos* (colectânea póstuma), Lisboa, 1941.
- ROGERS, Francis M., *Travels of Infante D. Pedro of Portugal*, Cambridge, 1961.
- SENA RAFOLS, Elias, *Los Portugueses en Canarias*, Universidade de La Laguna, 1941.
- SERPA, António Ferreira de, *O Descobrimento do Arquipélago dos Açores*, Porto, 1925.
- SANTISTEBAN, Gomez de, *Libro del Infante Don Pedro de Portugal*, publicado segundo as mais antigas edições por Francis M. Rogers, Lisboa, 1962.
- SILVA MARQUES, João Martins da, *Descobrimientos Portugueses. Documentos para a História*. I. A. C., Lisboa, 1942.
- SILVA, Luciano Pereira da, «Duarte Pacheco Pereira precursor de Cabral», in *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Vol. I, 1921.
- SILVA, Soares da, *Memórias para a História de Portugal*, Lisboa, 1730.
- SITGES, Juan Blas, *Enrique IV y la Excelente Señora, llamada vulgarmente La Beltraneja, 1425-1530*, Madrid, 1912.

- SOUSA, António Caetano de, *Provas da História Genealógica da Casa Real*, Lisboa, 1739-1748.
- SOLDEVILLA, *História de España*, Vols. II e III, Barcelona, s/d.
- VALERA, Mosèn Diego, *Crónica de los Reyes Católicos*, in «Revista de Filología Española», Madrid, 1927.
- VARNHAGEM, Francisco Adolfo de, *História Geral do Brasil*, Madrid, 1845-1857.
- SANTARÉM, Visconde de, *Prioridade dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, 1958;
Memória sobre a prioridade dos Descobrimentos Portugueses na costa d'África occidental, Paris, 1841;
Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do Mundo, desde o princípio da Monarquia Portuguesa até aos nossos dias, Paris, 1842.
- VITERBO, Francisco de Sousa, «*Trabalhos Náuticos dos Portugueses nos séculos XV e XVI*», in «Histórias e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa», Lisboa, 1898-1900;
Trabalhos Náuticos dos Portugueses nos séculos XVI e XVII, Lisboa, 1900.
- LAGOA, Visconde de, «Anais da Junta de Investigação do Ultramar», Vol. 8.º, Tomo I, 1953.
- ZURITA, Jerónimo de, «Anales de la Corona de Aragón», Tomo V, Saragosse, 1610.